

*Emanuelle Milek
Gabriela Ribeiro de Campos
Léia de Cassia Fernandes Hegeto
Renata Peres Barbosa
Renata Riva Finatti
(Organizadoras)*

Estágio

*em Organização do Trabalho
Pedagógico na Escola*

***Uma perspectiva de estudantes
de Pedagogia a respeito dos caminhos
e desafios da educação pública***



**EDITORA
INTERATIVA**

**Emanuelle Milek
Gabriela Ribeiro de Campos
Léia de Cassia Fernandes Hegeto
Renata Peres Barbosa
Renata Riva Finatti
(Organizadoras)**

Estágio

**em Organização do Trabalho
Pedagógico na Escola**

**Uma perspectiva de estudantes
de Pedagogia a respeito dos caminhos
e desafios da educação pública**

Estágio em Organização do Trabalho Pedagógico na Escola: Uma perspectiva de estudantes de Pedagogia a respeito dos Caminhos e Desafios da Educação Pública.

1ª Edição: 2025

**O conteúdo desta obra é de total responsabilidade dos autores
e não reflete necessariamente a opinião da editora.**



EDIÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO: Ana Maria Soek e Emanuelle Milek (Editoras)
PROJETO GRÁFICO: Editora Interativa

E79e

Estágio em organização do trabalho pedagógico na escola [e-book] : uma perspectiva de estudantes de Pedagogia a respeito dos caminhos e desafios da educação pública / Emanuelle Milek, Gabriela Ribeiro de Campos, Léia de Cassia Fernandes Hegeto, Renata Peres Barbosa, Renata Riva Finatti (orgs.) - 1. ed. Curitiba, PR : Editora Interativa, 2025.

73 p.

ISBN 978-85-93145-28-5

1. Estágio supervisionado. 2. Prática docente . 3. Organização do trabalho pedagógico. 4. Métodos de ensino. I. Milek, Emanuelle. II. Campos, Gabriela Ribeiro de. III. Hegeto, Léia de Cassia Fernandes. IV. Barbosa, Renata Peres. V. Finatti, Renata Riva.

CDD 370.71

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vania Machado Cardoso Schreiber - Bibliotecária - CRB-1687

APOIO:



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos e autor (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.
Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PRODUÇÃO EDITORIAL:



**EDITORIA
INTERATIVA**

contato@editorainterativa.com.br
www.editorainterativa.com.br
@editora_interativa



Conselho Editorial

Ana Maria Soek e Emanuelle Milek

Editoras Responsáveis – Editora Interativa

Ana María Martín Cuadrado

Departamento Didáctica da Universidade de Madrid – Espanha

Andréa Rosana Fetzner

Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro – UNIRIO

Araci Asinelli da Luz

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Carlos Roberto Caron

Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná – FEMPAR

Ettiène Guérios

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Ivo José Both

Centro Universitário Internacional – UNINTER

Izabel Petraglia

Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

Joaquim Luís Medeiros Alcoforado

Universidade de Coimbra – Portugal

José António Marques Moreira

Universidade Aberta do Porto – Portugal

Leandro Palcha

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Lourdes Perez Sanchez

Universidade Nacional de Educação a Distância: Madrid – Espanha

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Sonia Maria Chaves Haracemiv

Universidade Federal do Paraná – UFPR

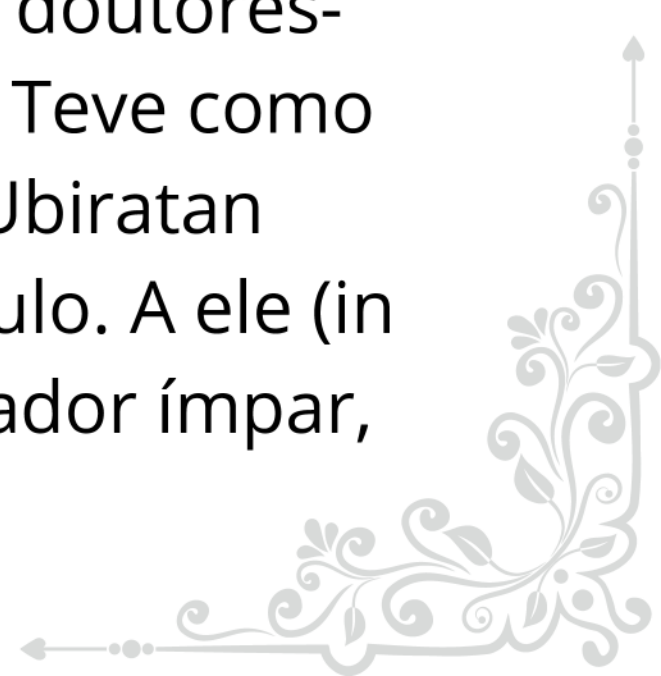
Tania Stoltz

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Thalita Folmann da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

O Conselho Editorial da Editora Interativa reúne professores doutores-pesquisadores de diversas universidades, de diversos países. Teve como um dos primeiros conselheiros e incentivador o Prof. Dr. Ubiratan D'Ambrósio da Universidade de Campinas – UNICAMP/São Paulo. A ele (in memoriam), pelo grande coração e pelo exemplo de pesquisador ímpar, dedicamos nossos esforços.



Sumário

Prefácio - Dra. Monica Ribeiro da Silva.....07

Apresentação - Dra. Roberlayne Roballo.....10

TEXTOS

PLATAFORMIZAÇÃO - Taynara Rafaela Rodrigues da Silva.....13

EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO - Gabrielly Cristine Cabrini de Almeida, Maressa Eduarda de Carvalho e Thayná Pereira Dias.....15

INDISCIPLINA E ADOECIMENTO DOCENTE: VIVÊNCIAS À LUZ DO ESTÁGIO DE OTP - Amanda Paiva, Aline Hukami, Beatriz Costa, Eloina Fagundes e Larissa dos Santos.....17

O PEDAGOGO X PLATAFORMAS DIGITAIS - Gabriel Dias de Camargo, Nicolle Ramos Camargo e Miriam Raquel Costa dos Santos.....20

FRAGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ASSIMILAÇÃO E RESGATE DE CONHECIMENTOS BÁSICOS - Fernanda Gomes Martins, Júlia Nasloski Bin e Marisol Tkacz.....22

PLATAFORMIZAÇÃO DA ESCOLA: ENTRE O TECNOLÓGICO E O DESUMANO - Giovanna Rodrigues dos Santos.....25

MAS, EI! A VIDA NÃO É ÚTIL - Amanda de Carvalho Michaelides.....27

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - Bárbara Candido.....28

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: ENTRE O CONTROLE E A CONTRADIÇÃO - Caroline Martins de Oliveira e Geovana Vitória Skoroski.....30

PLATAFORMIZAÇÃO E AUTONOMIA DOS PROFESSORES: DESAFIOS NO COTIDIANO ESCOLAR - Ewelyn Thais Ferreira Lima e Maria Alice de Souza Oliveira.....32

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO ÂMBITO ESCOLAR - Gabriely Rocha de Oliveira.....35

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - Giovana Nogozzeky.....37

REFLEXÕES SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO E A PLATAFORMIZAÇÃO - Vitória Amábile Herartt.....40

Sumário

PLATAFORMIZAÇÃO: DIA A DIA NO CAMPO DE ESTÁGIO - Raiany Santos.....	43
PLATAFORMIZAÇÃO - Amanda R. Markevitch, Laura Miranda Romanowski e Maria Gabriela Scheleter.....	44
REFLEXÕES SOBRE A PLATAFORMIZAÇÃO NA ESCOLA - Ana Flávia Resende, Bianca de Jesus Morelli, Gabriela Weiss Gruber e Sarah Ostrovski Pinto.....	46
A PLATAFORMIZAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR - Anita Nascimento, Alecsandra Bronquetti e Bruna Decks.....	49
PLATAFORMIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS - Cleonice Marin da Costa, Eduarda Ferreira Zamoiski e Katia Regina Fiatcoski Rodrigues.....	52
RELATO DE ESTÁGIO - Danielle Incenso Figueiredo, Gabriele Vidolin e Taís Duarte de Souza Rosa.....	55
A CARÊNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO DEVIDO AO DESVIO DE FUNÇÕES DO/A PEDAGOGO/A - Julia Aparecida Rossi da Silva, Maria Gabriela de Lima Moro e Sara Piccini Hodecker.....	57
A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS - Ana Christina de Carvalho e Elisa Maynardes Assis.....	60
A FALSA IDEIA DE EFICIÊNCIA DAS PLATAFORMAS? EDUCAÇÃO, CONTROLE E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA - Leonardo do Amaral, Caroline de Souza Ferreira e Isabelle Vitoria Postal Culpí	62
EDUCAÇÃO INTEGRAL OU EDUCAÇÃO INSTRUMENTAL? UMA CRÍTICA À FORMAÇÃO ORIENTADA PELO MERCADO - Ana Livia Inácio e Silva, Eduarda Fernanda Dalgallo dos Santos e Lunna Mariana Sganzerla de Carvalho	65
INSISTIR NA EDUCAÇÃO INSURGENTE = RESISTIR À BARBÁRIE VIGENTE - Khalyll Dantas Lino	68
PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CRÍTICAS - Lauriani Fernanda Araújo e Melissa de Lima Mesquita.....	71



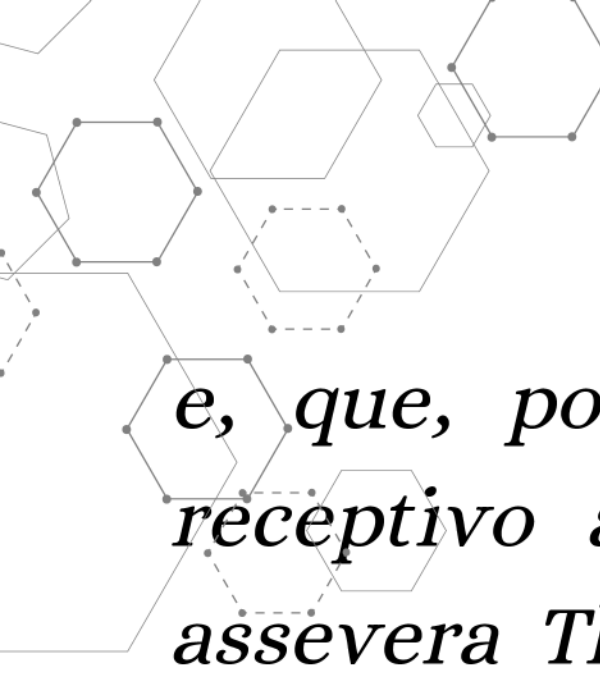
Prefácio

Receber o convite para escrever o prefácio para o rico material que segue neste E-book intitulado: Estágio em Organização do Trabalho Pedagógico na Escola – Uma perspectiva dos estudantes de Pedagogia a respeito dos caminhos e desafios da educação pública, gerou em mim, professora que forma outros professores e professoras, vários sentimentos. De alegria pela honra ao receber o convite, de satisfação ao tomar conhecimento da iniciativa das organizadoras, também professoras, e de desafio: afinal, o que acrescentar?

Ao longo de tantos anos também eu pude exercer a experiência de acompanhar estagiários e estagiárias. O estágio permite adentrar, inicialmente, como um espectador externo, e que vai, aos poucos, mergulhando numa série de experiências que, dentre outras coisas, possibilita o reencontro com as próprias experiências vividas nesse mundo “estranho”, a escola, gera ainda a potência de muitas outras reflexões.

Do que foi percebido por mim como esse misto de sentimentos de alegria, satisfação e desafio, me levou ao encontro de uma reflexão que consta da minha Tese de Doutorado, da qual destaco neste momento um único aspecto: o da condição de ir se formando e se tornando profissional da educação pública em meio a condições nem sempre favoráveis, em meio a constantes reformas educacionais, em meio às tensas e intensas relações institucionais e mesmo a relações e pressões externas às instituições escolares. Alerto, dos inúmeros aspectos possíveis diante desse contexto, para um deles: o da condição de ser professor numa sociedade com as características desta em que vivemos e nos movemos enquanto profissionais da educação pública.

No que se refere aos professores, é preciso lembrar que eles se constituem em mediadores entre a sociedade e os sujeitos “alunos”,



e, que, portanto, “não reproduzem simplesmente de um modo receptivo algo já estabelecido” externamente à escola. É o que assevera Theodor W. Adorno no texto *Tabus* acerca do magistério (1995). A natureza complexa do trabalho do professor comporta as contradições que o situam ao mesmo tempo como sujeito e como objeto da formação do outro:

Os professores têm tanta dificuldade em acertar justamente porque sua profissão lhes nega a separação entre seu trabalho objetivo – e seu trabalho em seres humanos vivos é tão objetivo quanto o do médico, nisto inteiramente análogo – e o plano afetivo pessoal, separação possível na maioria das outras profissões. Pois seu trabalho realiza-se sob a forma de uma relação imediata, um dar e receber, para a qual, porém, este trabalho nunca pode ser inteiramente apropriado sob o jugo de serem seus objetivos altamente mediatos. [...]. Eles (os professores) não devem sufocar suas reações afetivas, para acabar revelando-as em forma racionalizada, mas deveriam conceder essas reações afetivas a si próprios e aos outros, desarmando dessa forma os alunos (Adorno, 1995, p. 112-113).

Do lado dos sujeitos-alunos, a relação com a escola e com os professores apresenta-se sob a suspeição de quem “é retirado da primary community (comunidade primária) de relações imediatas, protetoras e cheias de calor, frequentemente já no jardim-de-infância, e na escola experimenta pela primeira vez de um modo chocante ríspido, a alienação” (Adorno, 1995, p. 112). Adorno ainda lembra que “o agente dessa alienação é a autoridade do professor, e a resposta a ela é a apreensão negativa da imagem do professor. A civilização que ele lhes proporciona, as privações que lhes impõe, mobilizam automaticamente nas crianças as imagens do professor que se acumularam no curso da história” (Adorno, 1995, p. 112).

Com essas reflexões a partir do texto de T. W. Adorno, quero lembrar que, ainda que as relações que se estabelecem na escola e se travam diretamente entre professores e alunos se assentem em princípios ordenados segundo uma lógica impositiva, por meio das normas, leis, currículos, tais relações mostram-se necessárias, profundas e insubstituíveis, sobretudo em uma sociedade que pela

sua complexidade retira cada vez mais das instâncias próximas a possibilidade do convívio e o remete a relações cada vez mais impessoais, mediadas por uma convivência digitalizada, algoritmizada, plataformizada. Mais do que nunca, é preciso afirmar que a relação entre escola e sociedade, entre os sujeitos professores e estudantes, se impõe como a chave decisiva da transformação individual e coletiva. No entanto, nessa direção é preciso considerar ainda que:

[...] enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isso ela precisa se libertar dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie (Adorno, 1995, p. 116-117).

Com as sábias palavras do filósofo alemão reitero que, para além do desafio de escrever este breve prefácio, nos encontramos, todas e todos os que escreveram os textos que seguem, bem como aqueles e aquelas que os terão diante de si como leitores e leitoras, que a educação pública exige de nós, além de outras coisas, a coragem da reflexão, pois como afirma o mesmo Adorno, quem pensa, impõe resistência.

BOAS LEITURAS!

MONICA RIBEIRO DA SILVA

Doutora em Educação. Professora Titular no Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório do Ensino Médio.

Referência:

ADORNO, Theodor W. Tabus acerca do magistério. In.: Educação e Emancipação. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Apresentação

A proposta do e-book “Estágio em Organização do Trabalho Pedagógico na Escola: Uma perspectiva dos estudantes a respeito dos Caminhos e Desafios da Educação Pública”, é um convite pedagógico feito pelas professoras Emanuelle Milek, Gabriela Ribeiro de Campos, Léia de Cassia Fernandes Hegeto, Renata Peres Barbosa e Renata Riva Finatti, juntamente com suas alunas e alunos (estagiárias/os) da disciplina de Estágio em Organização do Trabalho Pedagógico, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para nos aproximar do cotidiano dos colégios estaduais do Paraná. Cotidiano esse, marcado pelo tempo/espço da previsibilidade, mas também, dos desvios, erros, perdas e acaso, como nos lembra Esteban (2002).

Organizado em 25 capítulos, a obra apresenta um olhar reflexivo das estagiárias e estagiários no campo de estágio, a partir dos momentos de observação realizados. A observação é uma ferramenta importante para o aprendizado da construção do olhar sensível, e quando o ato de observar é movido pela reflexão, torna-se libertador porque instrumentaliza o pensar, levando a constatações, a descobertas e a aprofundamentos. Ou seja, este livro é o encontro entre a observação e reflexão, mediado por um processo dialógico (ação-reflexão-ação), necessário para o processo de formação docente e para a construção da identidade da pedagoga e pedagogo.

Nesta perspectiva, as temáticas abordadas, apresentam reflexões sobre o crescente uso das plataformas digitais nos colégios estaduais do Paraná, marcado por tensões e conflitos que fragilizam, burocratizam e desumanizam o que se considera uma boa e justa escola.



Para além dessas questões, as estagiárias e estagiários, buscam refletir sobre a função social da pedagoga e pedagogo, nesse cenário de desafios, que tem limitado a organização do trabalho pedagógico, a autonomia, a gestão democrática, levando inclusive ao adoecimento de docentes e estudantes.

Com uma escrita sensível, as futuras pedagogas e pedagogos, demonstram o quanto a plataformização tem impedido e limitado a ressignificação dos tempos e espaços educativos, as discussões sobre o currículo, o planejamento e o acompanhamento dos processos avaliativos, levando a processos excludentes e meritocráticos. Por outro lado, nos mostram que a esperança é verbo, vislumbrando a necessidade do diálogo, da resistência, da mudança, para superar procedimentos sentenciadores da escola, a fim de assegurar que trabalhadores e trabalhadoras da educação sejam respeitados/as, e que os/as estudantes tenham garantido seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, de socialização e pleno desenvolvimento humano.

Esse livro, portanto, é resultado da organização de um trabalho ético, movido pela urgente e necessária garantia do direito inalienável de todos/todas/todes à educação. Como também, tornou-se um exercício na busca de conhecer o outro, a si e ao mundo. Já que escrever deixa marcas e registra o pensamento, os sonhos e a esperança.

Roberlayne Roballo

Foi Secretária de Educação do município de Curitiba (2013-2016).

É Professora Associada II do Departamento de Planejamento e

Administração Escolar (DEPLAE)/Setor de Educação/UFPR.

Professora do PPGE - Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação e do PPGETPEN – Linha de formação da docência e fundamentos da prática educativa.

Textos

***Uma perspectiva dos estudantes
a respeito dos caminhos e
desafios da educação pública***



PLATAFORMIZAÇÃO

Taynara Rafaela Rodrigues da Silva



Durante os primeiros dias do estágio em Organização do Trabalho Pedagógico, me senti um pouco perdida. Ainda não compreendia claramente qual era o papel da pedagoga dentro da escola, principalmente no cotidiano, cheio de demandas. No entanto, aos poucos, fui percebendo a importância da sua presença na escuta e acolhimento dos estudantes. Um momento marcante foi quando alguns adolescentes procuraram a pedagoga para conversar, e ela preparou um chá para recebê-los, criando um espaço de cuidado e escuta ativa.

A escola tem uma dinâmica intensa e acolhedora, com muitos estudantes imigrantes, principalmente falantes de espanhol. Nas paredes, há cartazes com frases bilíngues, promovendo o respeito e a valorização das diferenças culturais. Isso reforça um ambiente que tenta ser inclusivo e humanizado, mesmo diante de muitos desafios.

Apesar disso, também percebi o quanto a pedagoga está sobrecarregada. Até o momento, a única tarefa prática que nos foi repassada foi revisar notas e marcar em destaque as mais baixas. Em uma pausa para o café, sentamos com ela enquanto fazia perguntas a um professor. Foi nesse momento que comecei a ter um primeiro contato com a noção de plataforma na escola.

O professor comentou sobre as plataformas digitais utilizadas, especialmente para organização de tarefas, chamadas e contabilidade escolar. Ele mencionou que os estudantes, muitas vezes, se dispersavam durante as aulas para acessar jogos nas mesmas plataformas.

Esse relato me fez refletir sobre como o uso de tecnologias, que deveria ser uma ferramenta de apoio ao ensino, acaba sendo um ponto de dispersão quando não há uma mediação pedagógica consciente — e, principalmente, quando se impõe a tecnologia sem considerar a realidade dos indivíduos envolvidos.



Pesquisando mais e conversando com colegas, compreendi que o processo de plataformação nas escolas vai além do uso de tecnologias digitais. Trata-se de uma lógica gerencial e mercadológica que transforma a educação em um sistema de dados, performance e controle. As plataformas padronizam conteúdos, engessam os planos de aula dos professores, reduzem sua autonomia e colocam as escolas em rankings baseados em números, notas e produtividade. Além disso, expõem dados sensíveis de estudantes e professores a sistemas externos, o que gera preocupações éticas e de privacidade.

Essa vivência, mesmo que breve, me mostrou os dois lados da escola contemporânea: por um lado, o esforço humano de acolhimento, como o chá preparado pela pedagoga e os cartazes que valorizam a diversidade; por outro, a pressão silenciosa da tecnocracia escolar, que transforma a educação em uma tarefa mecânica, gerida por plataformas, números e metas.

O desafio que fica para mim, como futura educadora, é refletir: como podemos usar as tecnologias de maneira crítica e emancipadora, sem deixar que a lógica das plataformas anule o que há de mais humano no processo educativo? Esse estágio tem sido um convite constante a olhar com atenção, escutar com sensibilidade e pensar a escola para além das telas.





EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO

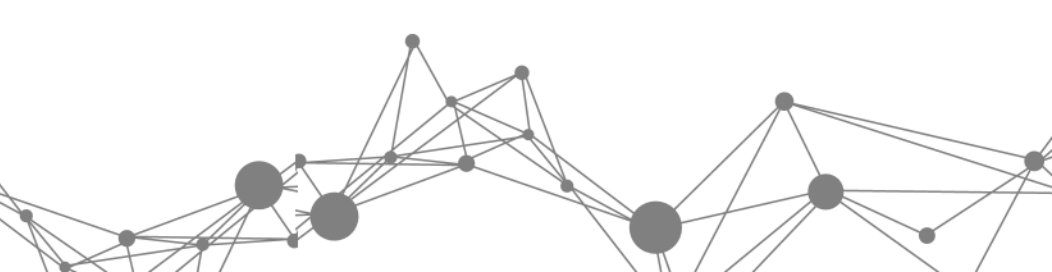
Gabrielly Cristine Cabrini de Almeida, Maressa Eduarda de Carvalho e Thayná Pereira Dias



As experiências obtidas no período inicial do estágio foram riquíssimas para a compreensão de como o sistema de ensino estadual foi organizado. Após a permanência na instituição de ensino, em conjunto com a observação e auxílio no trabalho pedagógico, conseguimos entender um pouco melhor quais são as responsabilidades escolares da pedagoga, quais os desafios que precisam ser resolvidos, e a sua importância para os estudantes e para o sistema educacional. Em um panorama geral, pode-se dizer que, expectativas iniciais, como compreender o papel da pedagoga na escola, entender o trabalho direto com os estudantes, ler documentos normativos, observar como é a rotina de seu trabalho, quais demandas devem ser priorizadas, entre outras expectativas, foram alcançadas.

Durante esse período de estágio diversos pontos positivos puderam ser percebidos. Relacionados ao trabalho realizado pela pedagoga, que efetiva ele de forma cuidadosa, auxiliando as professoras com suas demandas, sejam elas relacionadas ao trabalho direto com os discentes, ou a projetos direcionados à escola. Também foi possível observar pontos positivos referentes à relação que a pedagoga possui com os estudantes, sendo respeitosa e cuidadosa, mas também rígida quando necessária uma orientação. Essa boa relação também se estende às várias estagiárias que se encontram presentes na instituição, auxiliando em suas tarefas sempre que possível.

Um aspecto interessante percebido durante a permanência na escola foi a quantidade elevada de abandono escolar. Essa percepção só foi possível por meio do manuseio de documentos relacionados à presença dos estudantes e o trabalho conjunto com a pedagoga. Com essas análises ficou evidente que, desde o início do ano letivo até o início das férias de julho, uma grande porcentagem de estudantes desistiu, ou ainda, está com um alto número de faltas.



O abandono escolar pode ocorrer por diversos motivos e algumas políticas públicas vigentes são direcionadas à educação para contornar essa problemática, abandono e evasão, sendo importantes e necessárias, mas ainda não suficientes.

Em um panorama voltado para a escola e à política, a problemática do abandono está fortemente relacionada a diversos pontos, dentre eles às desigualdades, a infraestrutura, a carga horária massiva e cansativa que sobrecarrega estudantes com inúmeras atividades, físicas e digitais, problemas com o currículo, que devido à reforma do ensino médio, se tornou fragmentado e segmentado.

Identificamos uma importante limitação na infraestrutura da escola, a qual, por se tratar de patrimônio tombado, carece de plena acessibilidade. A escola conta com três andares, todos acessíveis apenas por escadas, não oferecendo qualquer alternativa de rampas ou elevadores. Essa condição representa um obstáculo para a inclusão, resultando na incapacidade em atender a todos de forma equitativa.

Outro aspecto desfavorável, que constatamos ao manusear os arquivos e documentos da escola, foi a ausência de organização. No entanto, é importante reconhecer que as demandas cotidianas enfrentadas pelos profissionais são intensas, o que pode resultar em uma sobrecarga que, por sua vez, dificulta a disponibilidade de tempo necessário para essa organização.

Como estagiárias, oferecemos suporte nesse processo de organização. Realizamos essa demanda institucional que, de outra forma, provavelmente não receberia a devida atenção devido à falta de tempo dos profissionais.





INDISCIPLINA E ADOECIMENTO DOCENTE: VIVÊNCIAS À LUZ DO ESTÁGIO DE OTP

Amanda Paiva, Aline Hukami, Beatriz Costa,
Eloina Fagundes e Larissa dos Santos



O ambiente escolar tem enfrentado desafios crescentes, entre eles a indisciplina de estudantes e o adoecimento docente, questões interligadas que merecem análise à luz das normativas legais e das práticas do estágio supervisionado. Nesse contexto, o uso do uniforme escolar e de celulares nas instituições de educação necessita também de uma reflexão.

O uniforme escolar, embora não regulamentado por lei federal específica, constitui prática comum com respaldo no Projeto Político Pedagógico das instituições, visando à igualdade social, o pertencimento coletivo e a redução de conflitos. A adoção do uniforme atua como dispositivo regulatório, ao promover identificação institucional e minimizar tensões que podem contribuir à indisciplina, pensando em situações de risco, também visa a fácil identificação dos estudantes pertencentes à instituição. De modo ainda mais impactante, a Lei federal 15.100/25 estabelece restrições ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis, como smartphones e tablets, nas escolas públicas e privadas de educação infantil, fundamental e médio. Em vigor desde janeiro de 2025, a norma proíbe o uso durante aulas, recreios e intervalos, admitindo exceções apenas em situações de saúde, acessibilidade ou atividades pedagógicas autorizadas. Tal medida visa proteger a saúde mental, emocional e física de estudantes, além de reduzir distrações e fortalecer a interação nas aulas.

Durante o estágio, a implementação dessas normas, uniforme e restrição ao uso do celular, representam um campo fértil para observar conflitos disciplinares. A imposição do uniforme e as constantes observações por parte dos docentes devido ao uso indevido do celular em sala de aula, podem gerar impacto no bem-estar docente: o estresse decorrente de conflitos repetitivos favorece



sintomas de ansiedade, esgotamento e outros indicativos de adoecimento.

Durante a vivência do estágio, observamos que a falta de respeito e a indisciplina por parte de alguns estudantes são aspectos que dificultam significativamente o trabalho pedagógico. Situações como desobediência às orientações, interrupções constantes, falas irônicas ou ofensivas e atitudes de confronto direto criam um ambiente de tensão em sala. Essas atitudes, muitas vezes encaradas como “normais” na escola, impactam negativamente a condução das aulas e exigem dos docentes um esforço emocional constante para manter a autoridade e o foco pedagógico. Essa experiência nos permitiu compreender com mais profundidade como esses comportamentos afetam não apenas a dinâmica do ensino, mas também o bem-estar emocional de quem está à frente da turma. Sentimentos de frustração, desgaste e insegurança são frequentes diante de um contexto em que o respeito à figura do professor está fragilizado.

Essa realidade nos leva a refletir sobre a necessidade de políticas e práticas institucionais que garantam um ambiente mais respeitoso e saudável, tanto para os estudantes quanto para os profissionais da educação em formação e em exercício. A gestão pedagógica exerce papel central na mediação dos conflitos escolares e na promoção de um ambiente institucional saudável, sendo fator determinante tanto para a qualidade do trabalho docente quanto para a prevenção de seu adoecimento. As observações realizadas durante o estágio evidenciam que a ausência de intervenções planejadas por parte da equipe gestora, sobretudo da coordenação pedagógica, compromete a eficácia das ações docentes frente aos desafios da indisciplina. Quando a gestão se apresenta de forma passiva ou desarticulada, o professor se vê sobrecarregado, assumindo responsabilidades que extrapolam sua função. Essa sobrecarga, aliada à falta de suporte institucional, tende a agravar os índices de esgotamento físico e emocional, impactando diretamente na sua saúde mental e na qualidade do ensino ofertado.



Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a gestão pedagógica atue de forma proativa, articulando ações coletivas e integradas que fortaleçam a cultura institucional de respeito e cooperação. Para além da dimensão administrativa, a coordenação pedagógica deve se constituir como instância de escuta, acolhimento e orientação contínua ao corpo docente, promovendo formações que abordem não apenas conteúdos curriculares, mas também estratégias de manejo de conflitos, desenvolvimento socioemocional e promoção do bem-estar profissional. Ao promover um clima institucional saudável e colaborativo, a gestão contribui diretamente para a melhoria da prática docente, do desempenho estudantil e da convivência no espaço escolar.

Nesse cenário, a valorização docente também deve ser pauta central da gestão escolar. Valorizar o professor é garantir condições dignas de trabalho, oferecer formação continuada de qualidade, reconhecer suas conquistas e escutar suas necessidades.

Uma gestão que atua com responsabilidade e empatia promove ações concretas para apoiar o bem-estar físico e emocional do corpo docente. Assim, a escola se constrói como um espaço onde todos caminham juntos na construção de um projeto educativo e transformador. Ademais, é importante salientar a influência e papel das famílias em contribuir para esse ambiente saudável para os estudantes e os demais trabalhadores da instituição, já que em diversos casos as famílias obtêm uma perspectiva da escola e corpo docente como antagonista da presença e permanência dos próprios e dos estudantes no ambiente educacional. Em suma, mostra-se uma necessidade de um olhar amplo da gestão acerca do ciclo de funcionamento da escola que perpassa pelos estudantes, gestão e equipe docente, e dos responsáveis como pertencentes também deste espaço. Lembrando sempre de escutar, orientar e respeitar todas as perspectivas dos indivíduos presentes naquele ambiente. Assim, todos buscando o melhor cenário para um ambiente acolhedor e saudável tanto para os estudantes quanto para a equipe docente e familiares.





O PEDAGOGO X PLATAFORMAS DIGITAIS

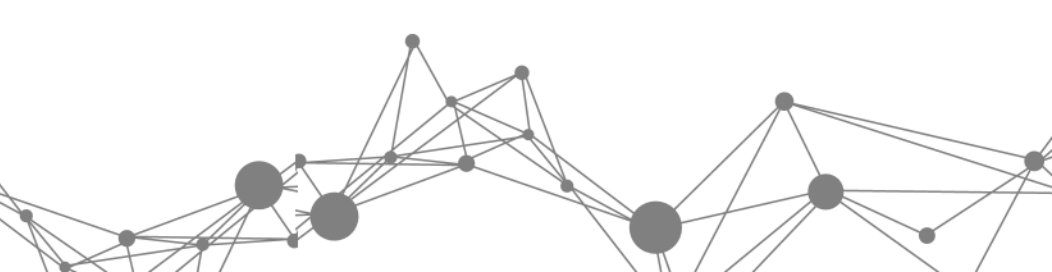
Gabriel Dias de Camargo, Nicolle Ramos Camargo e
Miriam Raquel Costa dos Santos



Iniciar o estágio supervisionado na área de organização do trabalho pedagógico representou a chance de conhecer um lado da escola que quase nunca é visível aos olhos dos estudantes. Durante a vida escolar, a figura da pedagoga sempre pareceu distante, envolta em tarefas administrativas e tomada por uma rotina que poucos compreendiam. O estágio, no entanto, permitiu romper com essa visão superficial e enxergar “por detrás da cortina”, mergulhando em uma realidade mais complexa, onde a dimensão pedagógica e a gestão escolar se entrelaçam constantemente. A experiência trouxe à tona não apenas descobertas sobre o cotidiano da função, mas também questionamentos sobre os limites impostos pela crescente burocratização e digitalização das práticas educacionais.

Logo nos primeiros dias, percebemos que o trabalho da pedagoga não se restringe à organização de reuniões ou ao controle de documentos, embora esses também façam parte de sua rotina. O que se revelou foi uma atuação permeada por uma constante articulação entre o pedagógico, o emocional e o social. A pedagoga é chamada a mediar conflitos entre estudantes, escutar desabaços, aconselhar professores e, muitas vezes, criar pontes entre família e escola. A sala da pedagoga se transforma num espaço de diálogo e cuidado, mas também de enfrentamentos cotidianos, quase sempre sob pressão de tempo e de prazos externos.

Porém, o que mais se destacou na vivência foi o peso da burocracia sobre esse trabalho. A quantidade de tarefas exigidas por plataformas digitais e por políticas de avaliação centralizadas chega a comprometer o exercício da função pedagógica propriamente dita. É comum que as pedagogas sejam obrigadas a interromper atendimentos a estudantes ou planejamentos pedagógicos para inserir dados em sistemas instáveis, corrigir provas padronizadas ou atender a demandas de órgãos centrais.



A lógica da plataformização impõe-se como prioridade, esvaziando o tempo de escuta, de planejamento coletivo e de acompanhamento mais humanizado.

No contexto do estado do Paraná, por exemplo, a recorrência das avaliações diagnósticas e o acúmulo de funções técnicas como correções, lançamentos e conferência de dados, geram desgaste. O sistema, sobrecarregado nos dias de aplicação simultânea, muitas vezes trava ou apaga respostas, obrigando as pedagogas a repetir tarefas, gerando frustração e sentimento de ineficiência. O que era para ser uma ferramenta de acompanhamento da aprendizagem se torna, na prática, mais um obstáculo ao trabalho pedagógico cotidiano.

A experiência de estágio revelou, portanto, uma contradição central: a pedagoga, que deveria estar com os sujeitos da escola: estudantes, professores e famílias, agora se vê cada vez mais imersa em exigências técnicas e tarefas de gerenciamento de dados.

A digitalização da gestão escolar não é neutra: ela redefine prioridades e desloca o foco do vínculo humano para a eficiência administrativa. A educação passa a ser tratada como um sistema de produção de evidências numéricas, e não como espaço de formação integral.

*Essa vivência não apagou as expectativas iniciais,
mas as ressignificou.*

Mostrou que o trabalho da pedagoga é, sim, profundamente pedagógico mas tensionado por estruturas burocráticas que nem sempre favorecem a educação como prática emancipadora. Ao vivenciar o estágio, os estudantes carregam não apenas a compreensão ampliada da função da pedagoga, mas também a consciência crítica sobre os desafios estruturais que atravessam a escola pública hoje.



FRAGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ASSIMILAÇÃO E RESGATE DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

Fernanda Gomes Martins, Júlia Nasloski Bin e Marisol Tkacz

Diante das interações e reflexões com professores(as) e pedagogos(as) do Ensino Médio, emergiu a discussão sobre as dificuldades vivenciadas pelos estudantes e, mais profundamente, a dificuldade em assimilar e resgatar conhecimentos básicos na maioria das disciplinas curriculares. Essa é uma questão que afeta o trabalho docente e, concomitantemente, afeta o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, que se sentem desmotivados ao não conseguirem compreender os conteúdos escolares.

A dificuldade em resgatar conhecimentos de séries anteriores – definidos pelos professores como “conhecimentos básicos” – implica em muitas consequências para o planejamento docente e para o avanço da aprendizagem dos estudantes. Se os estudantes não compreendem os conteúdos anteriores, o professor não consegue avançar no seu planejamento e, com isso, acaba deixando outros conteúdos de lado para retomar os conhecimentos básicos ou só continua a passar os conteúdos novos sem se preocupar se os estudantes estão, de fato, aprendendo.

Em diálogo com um dos docentes do Ensino Médio, ele afirmou que “[...] os estudantes parecem estar presos a uma forma concreta de pensar... sendo que já deveriam estar compreendendo representações mais abstratas”. As possíveis causas dessa limitação do pensamento e da dificuldade em relembrar conhecimentos básicos também foram discutidas com os profissionais da instituição escolar. Uma delas pode ser o uso excessivo de dispositivos e tecnologias digitais, cujo imediatismo e soluções prontas não estimula o sujeito a pensar. Pela falta de conexão com o modo de vida dos jovens, a escola deixa de ser útil e estimulante para eles, gerando falta de interesse.

Outra hipótese para a fragilização dos processos de assimilação e resgate dos conhecimentos pode ser o modo como as avaliações de adequação idade-série estão sendo aplicadas.

Em diálogo com os docentes, eles mencionaram que essas avaliações são usadas como formas de melhorar os índices e, muitas vezes, fragilizar a aprendizagem.

Nesse sistema, por exemplo, o estudante realiza a prova no 8º ano do Ensino Fundamental e é realocado (de acordo com a sua idade) no 1º ano do Ensino Médio. Porém, nesse processo, é o próprio estudante que precisa buscar os conteúdos do 9º ano e, muitas vezes, chega no Ensino Médio com dificuldades em conteúdos anteriores, o que prejudica a assimilação de novos conhecimentos.

Os caminhos para a superação e fortalecimento desses processos de resgate e assimilação dos conhecimentos passam pela compreensão de que a escola é parte integrante da vida dos sujeitos e que o ato de estudar não deve ocorrer só dentro da instituição educativa, mas também em outros espaços sociais e, essencialmente, fora do ambiente virtual.

Além disso, esses caminhos precisam ser construídos em constante cooperação entre os docentes, os estudantes e as políticas públicas educacionais: os docentes precisam ensinar diferentes formas de estudar aos estudantes, para ajudar no processo de aprendizagem dos conteúdos; os estudantes devem construir um senso de compromisso e responsabilidade com relação aos estudos; as políticas públicas educacionais precisam amparar os estudantes com dificuldades, visando potencializar a sua real aprendizagem ao invés de desconsiderá-la.

Todo esse cenário educacional é resultado de um longo processo de desvalorização da educação e crescente cansaço dos seus profissionais, juntamente com a manutenção de uma estrutura escolar rígida e desconectada das transformações sociais.

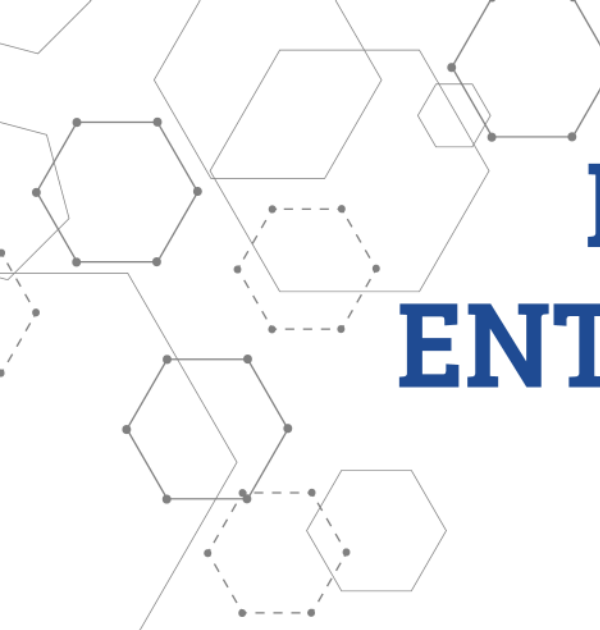
Nossas instituições escolares são do século XIX, com professores do século XX e estudantes do século XXI. Ou seja, há um grande descompasso histórico e relacional entre os diferentes espaços e sujeitos que constituem a educação.



É nítido que essa configuração escolar não é, exclusivamente, produto da sociedade atual, mas o crescente processo de padronização e plataformização da educação vivenciados hoje, mantém essa antiga estrutura escolar.

Com isso, os procedimentos de assimilação e resgate de conhecimentos básicos ficam cada vez mais fragilizados, pois as dificuldades dos estudantes não são reconhecidas e os docentes são sobrecarregados, gradativamente, com múltiplas demandas. Para construir processos potentes de assimilação e resgate de conhecimentos, a estrutura atual do Ensino Médio da rede pública paranaense precisa reconhecer que os estudantes não são algoritmos e índices em uma plataforma, mas sim sujeitos vivos e pensantes.





PLATAFORMIZAÇÃO DA ESCOLA: ENTRE O TECNOLÓGICO E O DESUMANO

Giovanna Rodrigues dos Santos



No início do meu estágio em Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), percebi um funcionamento institucional dividido entre a Direção Auxiliar (D.A.) e a Direção de Ensino (D.E.). Enquanto a D.A. lida com o cotidiano dos alunos como ocorrências, atrasos e objetos perdidos, a D.E. atua na gestão pedagógica mais burocrática, como reuniões, frequência e rendimento escolar. Foi na D.A. que me inseri e iniciei minhas observações.

Logo percebi que, neste setor não havia muito o uso efetivo de plataformas digitais. A organização se dava por planilhas internas. Por outro lado, conversas com professores e pedagogos revelaram uma realidade marcada pela crescente plataformação da educação, um processo que tem gerado desconforto, sobrecarga e adoecimento. Em conversas com professores e pedagogos, ficou evidente que existe uma crescente plataformação da escola e ela tem um custo real.

Segundo Van Dijck, Poell e de Waal (2018), a plataformação é o processo pelo qual as lógicas das plataformas digitais — como a padronização, rastreamento e mensuração — se infiltram em esferas sociais, inclusive na educação, transformando modos de trabalho e relações institucionais. No contexto brasileiro, essa tendência tem sido observada com a implementação de sistemas como o Redação Paraná e o Leia Paraná, que impõem uma rotina centrada em tarefas e relatórios, muitas vezes sem a devida mediação pedagógica ou escuta das realidades escolares.

Uma professora disse algo que ficou na minha cabeça: “Querem que nós façamos isso e aquilo, sendo que quem projetou isso nunca pisou ou viveu a realidade dentro da escola.”

E essa frase resume bem o sentimento que percebi em muitos ali. Enquanto as plataformas viram o centro das atenções, professores e alunos vão ficando à margem.



Senti isso também ao conversar com os estudantes, muitos dizendo que se sentem prejudicados, frustrados, por terem que escolher áreas e perderem disciplinas importantes tudo isso por conta de mudanças que chegaram de cima para baixo, sem diálogo.

Algo que me marcou muito foi a morte de uma professora, Silvaneide Monteiro Andrade, de 56 anos, que veio a óbito dentro de uma escola cívico-militar, aqui mesmo no Paraná, após passar mal durante uma reunião de cobrança sobre plataformas. Foi um infarto, e aconteceu depois que ela foi pressionada a explicar seu desempenho em metas impostas. O mais triste é saber que casos como esse, em vez de gerarem cuidado, muitas vezes são tratados com indiferença, como se fossem apenas mais um número. Isso mostra o quanto a saúde mental e física dos professores está sendo deixada de lado.

O que percebi nesse começo de estágio é que essas plataformas não estão ajudando tanto quanto se diz. Elas viram cobrança, viram mais trabalho, mais pressão. Fica uma sensação de que se criou um sistema onde o que importa são os dados, e não as pessoas. E quem está na escola sente isso todos os dias professores, alunos, pedagogos. Tudo parece ser feito para mostrar resultados bonitos nos relatórios, mesmo que por trás disso exista adoecimento, frustração e falta de escuta.

Pensar a organização do trabalho pedagógico hoje exige refletir sobre tudo isso. A tecnologia pode ajudar, sim, mas não pode ser imposta como algo que ignora quem está ali dentro da escola. Sem diálogo, sem formação e sem sensibilidade, essas plataformas acabam mais atrapalhando do que apoiando. E quem sofre as consequências são justamente aqueles que mais se esforçam para fazer a escola acontecer.

Referências

Van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). The Platform Society: Public values in a connective world. Oxford University Press.

G1 Paraná. Professora morre após passar mal em escola cívico-militar durante reunião de metas. Publicado em 18/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/04/18/professora-morre-em-escola-civico-militar.ghtml>.



MAS, EI! A VIDA NÃO É ÚTIL

Amanda de Carvalho Michaelides

É possível analisar uma experiência tão breve? Tive apenas quatro dias de visita à escola onde realizo o Estágio Obrigatório em Organização Escolar, somando dezesseis horas de observação – quatro delas corrigindo gabaritos da Prova Paraná, isolada numa sala. Por isso, deixo claro: minhas impressões têm limitações. O que observei foi a constante necessidade de produção. Simulados, quizzes, avaliações... Em um conselho discente, um estudante questionou: “Eu nem sei por que estou fazendo isso! É pra quê?” E eu também me perguntei: pra quê? O trabalho da pedagoga, na prática, me lembrou o personagem de Chaplin em Tempos Modernos: um operário na engrenagem da escola, apaziguando estudantes, entregando bilhetes, acalmando professores e preenchendo tabelas. Onde está o pedagógico nisso? Ao perguntar sobre o uso de plataformas, ouvi respostas positivas: “facilita o trabalho, é mais rápido”. Mais uma vez: pra quê tudo isso?

Vivemos a chamada sociedade do cansaço (HAN, 2017), onde tudo vira meta e produtividade. A educação reflete essa lógica neoliberal: alunos treinados para empreender, preencher provas e marcar “xinhos”. A pedagoga, por sua vez, reduzida a planilhas e registros. A educação deixa de ser pessoal e passa a ser número. Frente a isso, não é difícil compreender por que as plataformas digitais são vistas como salvadoras.

Neste contexto, lembro da provocação de Ailton Krenak: “A vida não é útil” (KRENAK, 2020). Talvez o desafio da educação seja justamente esse: resistir à produtividade vazia e retomar o sentido. Educar é também cultivar o inútil: o sonho, o encontro, a pausa. Afinal, a vida – e a educação – não cabem numa tabela.

Referências

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 6. ed. Belo Horizonte: Vozes, 2017.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Bárbara Candido

Na escola onde realizamos o estágio obrigatório de organização do trabalho pedagógico, como a maioria das escolas da rede pública do Paraná, utilizam uma variedade de plataformas digitais para o aprendizado dos alunos.

O corpo docente e discente são os mais atingidos, pois precisam obrigatoriamente cumprir com as demandas on-line, ao mesmo tempo que se dedicam às atividades do dia a dia. Isso colabora para um ambiente escolar mais estressante e descaracterizado, pois os professores estão perdendo a sua função pedagógica, investindo mais tempo nas plataformas do que nos livros e na atenção plena em sala de aula. Enquanto os alunos, precisam alcançar uma alta produtividade e frequência através das plataformas, para colaborar com os índices de rendimento, como o IDEB, por exemplo, e não exatamente com a aprendizagem prática.

A reclamação mais comum nos corredores, é o trabalhar por metas e não pelo letramento, conhecimento matemático e científico. Pelo contrário, educadores e estudantes relatam sobrecarga de tarefas, comprometimento da saúde mental e física, dificuldades técnicas como a falta de internet na escola ou de aparelhos adequados, vigilância do governo do Estado, tanto do conteúdo elaborado quanto do rendimento de ambos os grupos, e assédio moral para usar as plataformas e os slides obrigatórios. Isso compromete a própria autonomia da profissão, a obrigatoriedade da utilização destas demandas coloca com certeza, a liberdade do professor em risco.

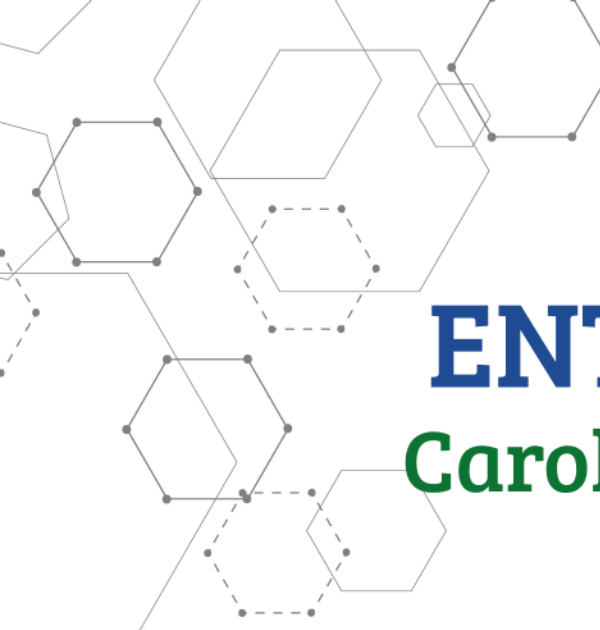
A coordenação pedagógica, também sofre com a plataformização. Por lei, tem várias metas para serem cumpridas e caso não consiga cumprir, pode perder o cargo e no caso dos professores às aulas. Também há o favorecimento de um clima de inimizade entre a coordenação e o corpo docente, motivado pela cobrança do uso de plataformas.

É uma situação complicada, a pedagoga e a direção só estão cumprindo ordens, mesmo que eles próprios não concordem, já os professores se sentem abandonados profissionalmente e pressionados o tempo todo.

Em síntese, a plataformização está gerando um negacionismo pedagógico, adoecimento mental e físico nos professores em conjunto uma sobrecarga de trabalho, bem como, ansiedade nos alunos por conta das metas on-line. Evidenciando, o objetivo do governo do Estado que se resume à comercialização da educação paranaense. Se o objetivo é educar através do digital, pelo menos esta meta não está se cumprindo.

As escolas públicas carecem de muitos outros investimentos, como a contratação de novos professores através de concursos públicos, ampliação de novas salas, espaços de lazer etc., por que não direcionar o dinheiro público gasto nestas plataformas para problemas reais no dia a dia das escolas? Problemas esses, apontados pela própria escola. Seria necessário o gasto de dinheiro público nestas plataformas, antes de gastar com o básico necessário para uma escola funcionar?





TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: ENTRE O CONTROLE E A CONTRADIÇÃO

Caroline Martins de Oliveira e Geovana Vitória Skoroski



A decisão das escolas estaduais do Paraná de proibir o uso de celulares em sala de aula entra em choque direto com a realidade contemporânea, na qual as atividades escolares são cada vez mais mediadas por plataformas digitais acessadas justamente por meio desses dispositivos. A lógica por trás dessa proibição visa minimizar distrações, mas falha ao não considerar que grande parte do currículo escolar moderno depende de aplicativos, ambientes virtuais de aprendizagem e avaliações online. Desta forma, estudantes, especialmente os de contextos mais vulneráveis, que podem ter acesso limitado a outros dispositivos, ficam numa posição paradoxal: são penalizados por depender da única ferramenta disponível para cumprir suas obrigações pedagógicas.

No plano teórico, a literatura recente tem chamado atenção justamente para essa tensão entre controle educativo e dependência de plataformas privadas.

Nichols e Dixon-Román (2024) destacam que:

(...) nas últimas décadas, tecnologias de plataforma tornaram-se intimamente entrelaçadas com as infraestruturas e operações da educação pública [...] não são meramente ferramentas neutras, mas atores políticos de facto na educação” (NICHOLS; DIXON-ROMÁN, 2024).

Ou seja, as plataformas não apenas fazem parte do cotidiano escolar — elas moldam decisões, práticas e até dinâmicas de poder dentro das instituições. No contexto do Paraná, isso significa que a proibição do celular não apenas ignora a cultura digital dos alunos, mas também reforça ainda mais o protagonismo dessas plataformas, institucionalizando um controle que limita a autonomia e flexibilização das práticas pedagógicas.



Para uma crítica consistente, seria mais apropriado promover uma abordagem crítica e regulada do uso de celulares em sala, com formação dos professores para mediação tecnológica, definição clara de usos permitidos (como acesso específico a plataformas escolares) e políticas que garantam equidade no acesso aos recursos digitais.

A exclusão pura e simples, sem alternativas, não resolve a contradição que se instaurou entre as exigências pedagógicas modernas e as condutas escolares tradicionais.





PLATAFORMIZAÇÃO E AUTONOMIA DOS PROFESSORES: DESAFIOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Ewelyn Thais Ferreira Lima e Maria Alice de Souza Oliveira



Em 2020, diante dos novos cenários impostos pela Pandemia de Covid-19, as escolas passaram a utilizar plataformas digitais, para dar continuidade aos estudos em tempos de isolamento social. Essa nova realidade educacional predominou no país durante mais de um ano, e foi a primeira vez que professores e estudantes em larga escala tiveram que se adaptar a esse método como o principal, e/ou único jeito de estudar.

Consequentemente, novos desafios apareceram, e a distância entre docentes e discentes mostrou ser um grande problema no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. A internet pode ser uma grande aliada da educação, quando utilizada da forma adequada, mas o uso em excesso da mesma acaba prejudicando professores, estudantes e toda a equipe pedagógica.

Atualmente, a educação está passando por um crescente processo de plataformação, e esses desafios acabam sendo cada vez mais nítidos e complexos, diante de uma perspectiva política e pedagógica. O objetivo inicial das novas plataformas de educação é permeado pelo aprimoramento no processo de aprendizagem, seja pelo aumento do contato dos estudantes com os conteúdos, ou da “facilidade” nessa aproximação. O problema é que ao invés de facilitar, essa movimentação está sobrecarregando os alunos e esvaziando o trabalho dos professores.

A intencionalidade pedagógica presente no trabalho docente precisa ser preservada para que a educação seja significativa, e as necessidades dos estudantes precisam ser escutadas e atendidas. No contexto de plataformação, a realidade acaba sendo o oposto disso. Durante as entrevistas que realizamos com estudantes do terceiro ano do ensino médio, escutamos reclamações sobre os efeitos das plataformas na rotina de estudos.



Elas nos contaram que estão focadas no ENEM e nos vestibulares, e que precisam estudar sozinhas fora da escola, por conta da falta de alguns conteúdos importantes, que o Novo Ensino Médio traz. Portanto, estão se sentindo sufocadas com toda a pressão que essa fase traz, e com o fato de terem que estudar por conta própria.

As plataformas acabam significando apenas sobrecarga, é como se a escola tivesse as atrapalhando de estudar, de alcançar seus objetivos. No momento atual, a rotina dos professores está cada vez mais complicada, principalmente com a presença obrigatória das plataformas digitais nas escolas.

Além de todas as tarefas que já fazem parte do trabalho docente, como preparar aulas, corrigir atividades, acompanhar o desempenho dos alunos e lidar com as questões da sala de aula, agora eles também precisam lidar com exigências das plataformas educacionais.

Muitas vezes, essas ferramentas não conversam com o planejamento que o professor pensou para suas turmas, o que gera conflitos e desgaste.

A obrigação de usar essas plataformas, mesmo que elas não tenham relação com o estilo de ensino de cada docente, acaba tirando a autonomia que antes era respeitada. E pior: quando o professor não consegue cumprir com essas demandas seja por falta de tempo, recursos ou por acreditar que não fazem sentido, ele é visto como alguém “problemático”, como se não estivesse fazendo seu trabalho direito. Isso cria um clima de desconfiança e cobrança exagerada, que atrapalha o verdadeiro foco da educação: o processo de aprendizagem.

Esse cenário acende um alerta importante sobre como estamos inserindo a tecnologia no dia a dia das escolas. A ideia não é ser contra o uso das plataformas, mas sim entender que elas devem ajudar no ensino e não virar mais uma obrigação vazia. O professor precisa ser reconhecido como peça central na formação dos alunos. Ao mesmo tempo, é essencial ouvir os estudantes e entender suas reais necessidades e dificuldades.



Quando isso não acontece, a educação corre o risco de ficar superficial e desigual.

Por isso, é necessário recuperar o sentido pedagógico por trás do que é feito em sala de aula.

A tecnologia pode ser aliada, sim, desde que usada com critério, com propósito e sempre respeitando a realidade das escolas, dos professores e dos estudantes.

Inovar na educação não pode significar apagar o papel do educador, mas sim valorizá-lo ainda mais.





A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NO ÂMBITO ESCOLAR

Gabriely Rocha de Oliveira

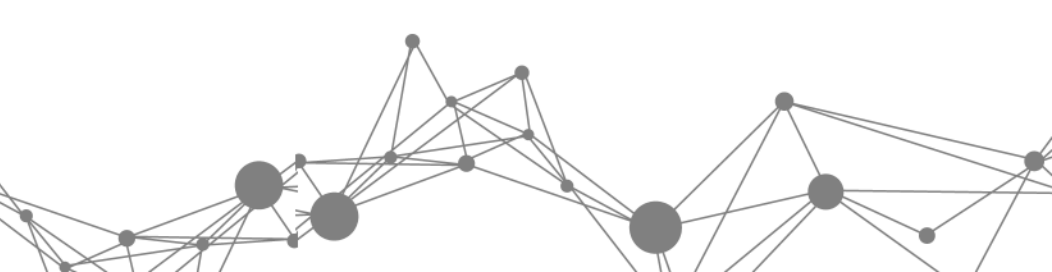


Minha vivência durante o Estágio Obrigatório, marcou minha compreensão sobre a complexidade do trabalho pedagógico nas instituições públicas. Em meio a corredores que carregam mais de um século de história, pude observar de perto os desafios enfrentados pelas pedagogas na articulação entre gestão, professores e estudantes. Mais do que um espaço de aprendizagem teórica, o colégio se tornou um laboratório vivo onde temas como organização do trabalho pedagógico, uso de plataformas digitais e relações institucionais se entrelaçam de forma intensa.

Ao longo desse processo formativo, ficou evidente que a atuação do pedagogo tem sido cada vez mais atravessada por demandas administrativas e operacionais que extrapolam sua função primordial: garantir condições pedagógicas para a aprendizagem significativa. Essa sobrecarga, muitas vezes invisível aos olhos da comunidade escolar, limita a possibilidade de atuação reflexiva e planejada, empurrando os profissionais da pedagogia para um lugar de constante urgência e resolução de problemas imediatos.

A proposta de sistematizar registros, planejamentos, formações e avaliações em um único ambiente virtual, à primeira vista, parece contribuir para a organização do trabalho pedagógico. Contudo, a experiência prática revela uma série de tensões que merecem ser problematizadas.

Embora a plataforma prometa otimizar processos, ela impõe aos profissionais da educação, sobretudo pedagogos e professores, uma lógica tecnocrática que nem sempre dialoga com a realidade concreta das escolas. O tempo dedicado ao preenchimento de dados, ao acompanhamento de indicadores e ao cumprimento de prazos estabelecidos virtualmente acaba consumindo a energia que poderia ser direcionada à escuta dos alunos, ao acompanhamento de aprendizagens e à mediação de conflitos escolares.



Dessa forma, é urgente que as plataformas sejam analisadas não apenas como um avanço técnico, mas sob a ótica política, pedagógica e ética. Qual o real impacto dessa ferramenta no cotidiano das escolas públicas? De que maneira ela contribui, ou limita, a autonomia dos professores e pedagogos? Quais possibilidades de reconfigurar seu uso em favor de uma educação mais humanizada, coletiva e crítica? A experiência no Colégio me ensinou que a presença do pedagogo é essencial na articulação entre as dimensões administrativas e pedagógicas da escola. Mas, para que esse papel seja exercido de forma plena, é necessário que as ferramentas institucionais estejam a serviço da educação e não o contrário. Que elas promovam diálogos e não silenciamentos, escutas e não apenas cobranças, processos formativos e não apenas protocolos a cumprir.





ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Giovana Nogozzeky



Na escola onde realizamos o estágio obrigatório de organização do trabalho pedagógico, como a maioria das escolas da rede pública do estado do Paraná, foi possível notar a utilização de uma grande variedade de plataformas digitais para a elaboração das atividades avaliativas e escolares, como o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico.

O corpo docente e discente são os mais atingidos. Os professores precisam, obrigatoriamente, cumprir com as demandas on-line para comprovar o andamento das atividades e o engajamento e rendimento dos alunos, ao mesmo tempo que se dedicam às atividades do dia a dia. Os alunos precisam acessar as plataformas diariamente, entender como funcionam para realizar as atividades, que nem sempre são interessantes ou importantes. Isso colabora para um ambiente escolar mais estressante e descaracterizado.

Os professores estão perdendo a sua função pedagógica, investindo mais tempo nas plataformas do que nos livros e na atenção plena em sala de aula, sendo mais técnicos de plataformas digitais do que professores de suas disciplinas. Enquanto os alunos, precisam alcançar uma alta produtividade e alta frequência na escola, que devem ser comprovadas através das plataformas, para colaborar com os índices de rendimento, como o IDEB, que não são preocupações exatamente com a aprendizagem prática dos alunos.

A reclamação mais comum nos corredores, é o trabalhar por metas e não pelo letramento, conhecimento matemático e científico. Pelo contrário, educadores e alunos relatam sobrecarga de tarefas, comprometimento da saúde mental e física, dificuldades técnicas como a falta de internet na escola ou de aparelhos adequados, vigilância do governo do Estado, tanto do conteúdo elaborado quanto do rendimento de ambos os grupos, e assédio moral para usar as plataformas e os slides obrigatórios.



Isso compromete a própria autonomia da profissão. A obrigatoriedade da utilização destas demandas coloca, com certeza, a liberdade do professor em risco.

A coordenação pedagógica, também sofre com a plataformação. Por lei, tem várias metas para serem cumpridas e, caso não consiga cumprir, pode perder o cargo, e, no caso dos professores, as aulas. Os pedagogos comumente possuem pouco tempo de trabalho para o tanto de demanda que possuem. Vemos que muitas vezes fazem mais do que verdadeiramente é seu trabalho, pois não há outra pessoa que faça as demandas que surgem. Nesse caso, outras funções delegadas ao seu cargo são deixadas de lado. Além dessas tantas tarefas, têm as plataformas. Também há o favorecimento de um clima de inimizade entre a coordenação e o corpo docente, motivado pela cobrança do uso de plataformas, com prazos e exigências específicas, bem como a realização de outras atividades fora das plataformas. É uma situação complicada que só aumenta. A pedagoga e a direção só estão cumprindo ordens de outras autoridades, mesmo que eles próprios não concordem. Já os professores se sentem abandonados profissionalmente, pressionados o tempo todo e cada vez mais e sobrecarregados.

Em síntese, a plataformação está gerando um negacionismo pedagógico, adoecimento mental e físico nos professores em conjunto com uma sobrecarga de trabalho, bem como, ansiedade nos alunos por conta das metas on-line. Podemos perceber que a plataformação não tem favorecido o processo de ensino aprendizagem dos alunos, nem o trabalho dos profissionais. Evidencia-se, portanto, que o objetivo do governo do estado se resume à comercialização da educação paranaense. Se o objetivo é educar por meio do digital, pelo menos esta meta, não está sendo cumprida.

As escolas públicas carecem de muitos outros investimentos, como a contratação de novos professores através de concursos públicos, melhorias na qualidade de trabalho dos profissionais e de ensino para os alunos, ampliação de novas salas, espaços de lazer etc.



Por que não direcionar o dinheiro público gasto nestas plataformas para problemas reais no dia a dia das escolas? Problemas esses, que podem ser apontados pela própria escola.

Seria necessário o gasto de dinheiro público nestas plataformas, antes de gastar com o básico necessário para uma escola funcionar, como a estrutura física é a qualificação dos profissionais?



REFLEXÕES SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO E A PLATAFORMIZAÇÃO

Vitória Amáble Herartt

A Lei nº 13.415/17 realiza alterações em diversos aspectos da organização do Ensino Médio brasileiro, como por exemplo: o currículo dividido em uma parte comum, de formação geral básica, e outra diversificada – os chamados “itinerários formativos”; a oferta híbrida e a ampliação da carga horária; novas parcerias com o setor privado etc. - tudo isso na propaganda de elaborar “diretrizes suficientemente flexíveis com a possibilidade de uma maior diversidade curricular entre os estados e as escolas e que permitisse aos jovens construir sua trajetória escolar” (SILVA, KRAWCZYK, CALÇADA, 2023, p. 7), possibilitando, então, protagonismo e liberdade de escolha para os mesmos, constituindo processos de ensino aprendizagem mais significativos e atrativos para as juventudes. Entretanto, ao adentrarmos os muros da escola, podemos observar que esse protagonismo não envolve, necessariamente, participação crítica na construção escolar, assim como a liberdade não se trata de uma liberdade real, uma vez que são diversos os fatores que influenciam na suposta escolha, e a flexibilização curricular, por vezes, se vincula com a fragmentação do ensino e o aprofundamento das desigualdades já existentes.

Sobretudo, a flexibilização quanto a oferta faz com que em cada estado, e até mesmo de escola para escola, o ensino seja estruturado de forma diferente. Não são os mesmos itinerários disponíveis, nem a mesma quantidade, reduzindo, conseqüentemente, o leque de escolhas. É evidente que as condições de oferta variam de acordo com as condições vivenciadas por cada instituição, sendo assim, em um país tão grande e desigual como o Brasil, com diferentes juventudes, surge o risco de ampliação da fragmentação e de manutenção e reprodução das desigualdades.

Conversando com os estudantes, pude observar que a maior preocupação deles é estar preparado para o ENEM e vestibulares, provas que continuam sendo padronizadas e unificadas, e muitos disseram que optaram pelo itinerário mais difícil, por ser mais fácil estudar por conta própria os conteúdos que ficam faltando em casa: “é mais fácil entender história do que física”.

Ademais, entra em cena a plataformização, que, segundo Renata Peres Barbosa e Natália Alves, tem no Novo Ensino Médio (NEM) uma janela de oportunidades. Tais plataformas evidenciam um processo de privatização e mercantilização da educação, que, através de sistemas como o RCO+aulas, oferecendo materiais prontos, esvaziam o trabalho pedagógico e docente. Logo, faz-se necessário refletirmos sobre, assim como ocorre com o NEM, a não neutralidade da plataformização - “a noção tradicional de neutralidade da tecnologia não pode mais ser sustentada. A tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado” (MARCUSE, 1973, apud BARBOSA, ALVES, 2023, p. 6). Quem elabora esses planejamentos e materiais? Quais são as intenções desse planejamento? O que se objetiva? Eles estão a interesse de quem? Diferentemente da ideia propagada de que as plataformas digitais vêm sempre acompanhadas de melhorias e progresso, assim como a vontade de aprender dos estudantes, o que tem sido observado é uma grande saturação por parte de todas as gentes que constituem a comunidade escolar, por meio de relatos que apontam para a desconexão entre o que é proposto e cobrado e a realidade vivenciada nas escolas (“a pessoa que fez isso aí, não sei em que mundo ela está”), sobre a relação real dos estudantes com essas plataformas, superficial e esgotada, e o papel que eles assumem dentro desse cenário (“é muita coisa e a gente acaba fazendo de qualquer jeito”, “eles sentem falta de quadro, do professor fazer o passo a passo”, “a obrigatoriedade prejudica tudo, o estudante virou mais um número”, “eles não veem horizonte na educação, não faz mais sentido”) e sobre o real estado mental e emocional que essas sobrecarga, cobrança e vigilância geram (“o estudante não aguenta mais plataforma, eu não aguento mais, ninguém aguenta mais”).



Portanto, conclui-se que a comunidade escolar está infeliz e adoecida, mas, como já fez muitas vezes, continuará resistindo, pois, como Freire diz: “mudar é difícil, mas é possível!”

REFERÊNCIAS

FONSECA, Karina Sayuri; OLIVEIRA, Thiago Ingrassia Pereira de; SOUSA, Sandra Zákia. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, e87972, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/pVky7VzxMB6FyZtzvtGgLwc/>.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos.

Curriculum, São Paulo, v. 21, e61619, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S180938762023000100120&lng=pt&nrm=iso.





PLATAFORMIZAÇÃO: DIA A DIA NO CAMPO DE ESTÁGIO

Raiany Santos



A relação inicial com o campo de estágio apresentou ao grupo uma nova concepção do trabalho de uma pedagoga. O cotidiano escolar que pude observar ao longo das vivências caracteriza um novo perfil de pedagogas, sempre muito atarefadas e principalmente em seus computadores, preenchendo plataformas de controle de rendimento, plataformas de controle de faltas entre outras tantas funções.

No primeiro dia de estágio pude acompanhar o pré-conselho de turma com os alunos, uma experiência muito importante pois naquele momento pude acompanhar essa pauta de um outro olhar, não mais como aluna e sim como futura pedagoga. Ademais, os estudantes pontuaram ao longo da reunião situações relacionadas ao ensino aprendido como: método de avaliação, provas, seminários e trabalhos, no relacionamento entre docentes e alunos. Assim, a pedagoga responsável pela turma demonstrou não estar a parte das demandas dos estudantes, a pedagoga observada não tinha uma relação tão próxima com os estudantes “a gente quis conversar sobre pedagoga, mas a senhora estava em curso”, me recordo de um dos adolescentes apontar durante uma fala.

De tal forma, a relação entre o trabalho docente e as plataformas assumem grande parte das minhas observações no campo de estágio, as pedagogas a todo tempo digitam e preenchem dados em seus computadores, o som dos teclados preencherem a sala. Assim, os dias no campo de estágio possibilitaram enxergar as diversas demandas presentes no trabalho do pedagogo e docente, as diversas plataformas modificaram as relações interpessoais, tive a oportunidade de preencher as frequências no sistema e a pedagoga descreveu: “aqui no sistema esse aluno (pedagoga cita o nome) é o número 23 então é só clicar no número, fica mais fácil para preencher as faltas dele no RCO”.





PLATAFORMIZAÇÃO

Amanda R. Markevitch, Laura Miranda Romanowski e
Maria Gabriela Scheleter



Nos últimos anos, o uso de plataformas digitais nas escolas públicas tem se intensificado com o discurso de modernizar o ensino e facilitar o trabalho pedagógico (Barbosa, 2023). No entanto, o que se observa, em muitas situações, são plataformas promovendo atividades pouco significativas para os estudantes.

Propostas como quizzes, simulados e redações padronizadas muitas vezes geram desinteresse, e não contribuem para uma aprendizagem efetiva. No estado do Paraná, esse movimento aparece, por exemplo, com o Desafio Paraná e outras tarefas feitas dentro da plataforma digital utilizada nas escolas. Durante nosso estágio em uma escola estadual, em Curitiba, percebemos um grande desinteresse dos estudantes a essas propostas. Muitos relatam não aprender com esse formato, isso indica que, para boa parte dos alunos, a lógica das plataformas não dialoga com suas necessidades nem com sua realidade. Essa desmotivação também se reflete em avaliações externas, como o Saeb, que são aplicadas em formato impresso. No nosso campo de estágio, o pedagogo relatou que em um simulado de matemática, vinculado ao Saeb, os estudantes realizaram uma espécie de sabotagem coletiva, em que o resultado foi uma média de notas muito baixa, o que evidencia uma postura de resistência e desinteresse por esse tipo de avaliação.

A ideia de que a tecnologia melhora a aprendizagem por si só é um discurso sedutor, mas superficial. Quando olhamos mais de perto, percebemos que essa transformação digital na escola não tem sido feita com diálogo, escuta das comunidades escolares ou construção coletiva com professores. Pelo contrário: trata-se de uma imposição vertical, impulsionada por interesses de mercado e sustentada por uma lógica tecnicista e gerencial.

A plataforma transforma professores em aplicadores de conteúdos prontos e estudantes em usuários que respondem a



atividades automatizadas. O uso de inteligência artificial em avaliações, por exemplo, como ocorre em plataformas implementadas em estados como o Paraná, é vendido como avanço, mas retira o sentido formativo e subjetivo da educação. Avaliar é muito mais do que corrigir certo ou errado, envolve escuta, interpretação, vínculo. A máquina pode até corrigir gramática, mas não entende contexto, história ou intencionalidade.

Além disso, essa digitalização cria um ambiente de vigilância e controle, onde tudo é mensurado, registrado e classificado. A promessa de personalização e eficiência esconde uma prática de padronização: todos aprendem da mesma forma, com os mesmos materiais, ao mesmo tempo. A autonomia pedagógica se enfraquece, e o professor se vê cada vez mais pressionado por plataformas obrigatórias e metas.

A implementação da Reforma e o uso das plataformas digitais sinalizam para um cenário de intensificação e de maior controle sobre o trabalho docente e sobre os currículos, em que as tecnologias têm adquirido papel de vigilância” (BARBOSA; ALVES, 2023, p. 22).

É fundamental que educadores e estudantes se posicionem diante desse cenário, defendendo uma educação que valorize o vínculo humano, a escuta e a formação de sujeitos críticos. A luta por uma escola pública viva e emancipadora passa, necessariamente, por questionar os caminhos que vêm sendo traçados sob o pretexto da modernização tecnológica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21, p. 1–26, 2023.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61619>. Acesso em: 29 jun. 2025.





REFLEXÕES SOBRE A PLATAFORMIZAÇÃO NA ESCOLA

Ana Flávia Resende, Bianca de Jesus Morelli,
Gabriela Weiss Gruber e Sarah Ostrovski Pinto

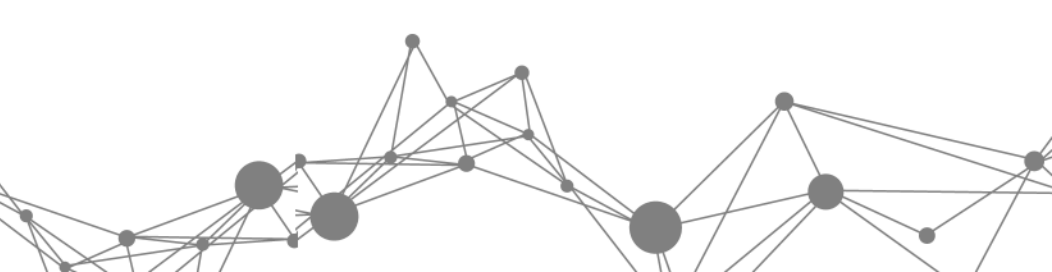


Durante as primeiras observações no estágio, notamos que o tema da plataforma está bastante presente no cotidiano da escola pública. A gestão escolar adotou diversas plataformas digitais para registros de frequência, planejamento de aulas e comunicação interna. Porém, percebemos que muitos professores se sentem sobrecarregados, pois precisam alimentar diferentes sistemas que não são integrados. Em conversas informais, alguns relataram frustração pela falta de tempo para um planejamento mais reflexivo, por conta da exigência de preencher dados em prazos curtos.

O uso das plataformas poderia ser uma ferramenta importante para organizar o trabalho pedagógico e melhorar a comunicação, mas isso não acontece de forma planejada. Muitas vezes, o uso é voltado ao controle burocrático do que ao apoio ao trabalho docente. Além disso, há desafios para garantir acesso equitativo, já que nem todos os alunos conseguem acompanhar as atividades online quando elas são propostas.

Pensamos que esse tema precisa ser analisado considerando o contexto maior de como as tecnologias entram na escola. A plataforma pode ser vista como parte de um processo de gestão que prioriza resultados mensuráveis e relatórios, o que pode limitar a autonomia docente. Por outro lado, há potencial para usar plataformas de modo colaborativo, para compartilhamento de práticas e construção coletiva. Como caminhos possíveis, vemos a necessidade de a Equipe Gestora promover momentos de escuta e formação continuada com os professores, para discutir o uso das plataformas de forma crítica. Também seria importante selecionar menos ferramentas, mais integradas e alinhadas ao Projeto Político Pedagógico, reduzindo a fragmentação do trabalho.

Assim, a plataforma poderia servir de apoio real à organização pedagógica, fortalecendo a participação e o planejamento coletivo,



em vez de se tornar apenas uma exigência burocrática.

Ainda pensando no cenário observado no campo de estágio referente à plataformização, cabe a reflexão crítica sobre a condição da saúde mental dos pedagogos e professores submetidos a essa intensa pressão e burocratização dos processos escolares.

Durante nossa experiência, mais de uma vez acompanhamos o cotidiano da pedagoga que ao longo de tantas demandas, precisou interromper seu trabalho para cumprir com essas obrigações estabelecidas que, em teoria, deveriam facilitar e servir de apoio ao seu trabalho, mas que na prática, se tornam uma tarefa que esgota os educadores, mecanizando e tornando seu trabalho cada vez mais técnico, tomando o tempo do que deveria ser destinado a parte pedagógica, de fato.

Assim, a plataformização não está a serviço de uma educação de qualidade, crítica, transformadora e de apoio ao trabalho pedagógico, mas muito mais alinhada ao que Ball (2010) fala sobre performatividade na educação, que seria “uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, (...) um sistema de ‘terror’, sistema que implica julgamento, comparação e exposição” (Ball, 2010, p. 38). Nesse sentido, o que importa não são os processos pedagógicos educativos que ocorrem na escola, mas apenas os resultados, o controle e a vigilância que podem ser instituídos a partir da plataformização.

Além disso, é importante considerar que a plataformização também redefine relações de poder dentro da escola. Ao centralizar informações em sistemas digitais e exigir o constante fornecimento de dados, intensifica-se uma lógica de controle hierárquico que pode enfraquecer a autonomia de professores e equipes pedagógicas.

Essa dinâmica faz com que decisões importantes sobre o processo de ensino e aprendizagem sejam influenciadas mais por indicadores e relatórios do que por um diálogo coletivo e democrático entre educadores, alunos e comunidade escolar. Outro ponto que merece atenção é a desigualdade digital entre as próprias escolas.



Enquanto algumas contam com estrutura tecnológica mínima para viabilizar o uso das plataformas — com computadores, internet estável e suporte técnico, outras enfrentam graves limitações materiais. Isso amplia as desigualdades já existentes na educação pública, tornando a plataformização uma ferramenta que, em vez de democratizar e apoiar o trabalho pedagógico, pode aprofundar disparidades e excluir aqueles que mais precisariam de suporte.

Algo que nos chamou a atenção, foi a relação dos professores com o tempo e com sua prática pedagógica. Antes mesmo da plataformização, esse tempo já era limitado pelas inúmeras demandas. O tempo dedicado a essas demandas tira do professor algo precioso: a liberdade de estar onde deveria estar, exercitando sua pesquisa, planejamento e/ou atenção aos alunos, sem mencionar o tempo de descanso, que por si só já seria uma pauta importante a se discutir. Por isso, a frustração por parte dos docentes é compreensível. Eles, mais do que ninguém, sabem que o uso das plataformas não dialoga com as reais necessidades do cotidiano escolar. O que é vendido como ferramenta para facilitar criou narrativas onde professores estão exaustos, adoecendo pouco a pouco, consequência da plataformização.

Essa vivência nos fez refletir sobre como o uso de ferramentas tecnológicas precisa ser pensado e estudado por aqueles que irão utilizá-las, pois somente eles compreendem suas reais necessidades. Não existe valorização do trabalho docente quando se impõem ferramentas que não estão alinhadas com a prática docente e servem apenas como controle da produtividade das escolas. Isso vai contra a construção de uma educação mais significativa, que deve ser o compromisso do Estado.

Referências

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. Educ. Real, p. 37-55, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432010000200004&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 28 jun. 2025.





A PLATAFORMIZAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR

Anita Nascimento, Alecsandra Bronquetti e Bruna Decks



Ao iniciarmos nosso estágio na área de gestão pedagógica na escola, tivemos a oportunidade de observar como as práticas educacionais vêm sendo influenciadas pela plataformação. Esse fenômeno, caracterizado pela incorporação de tecnologias como mediadoras nos diversos aspectos do trabalho pedagógico, tem provocado impactos significativos tanto nos estudantes quanto nos professores — especialmente diante do desafio geracional relacionado ao uso e adaptação às ferramentas digitais. Essa vivência despertou em nós reflexões sobre como a plataformação se manifesta no cotidiano escolar, suas repercussões na dinâmica de trabalho docente e gestora, e de que forma tudo isso se projeta no processo de ensino-aprendizagem. Com base nas experiências vivenciadas durante o estágio e apoiados nos referenciais teóricos de Larrosa (2002), Libâneo e Alves (2013), procuramos compreender os desafios e as possibilidades de transformações que emergem nas práticas pedagógicas, com ênfase na organização do trabalho escolar.

Dessa maneira, foi possível perceber que a rotina escolar é marcada por uma intensa carga de demandas, envolvendo tanto procedimentos tradicionais quanto práticas mediadas por tecnologias. Observamos, o uso das plataformas para correções de avaliações, envio de dados, relatórios de frequência e acesso a materiais pedagógicos, entre outros. No entanto, a experiência da plataformação não é homogênea entre os profissionais da escola. De um lado, existem aqueles que se adequam e compreendem que a tecnologia faz parte do cotidiano da atualidade e enxerga as ferramentas como aliadas na flexibilização de práticas e na inovação pedagógica. Por do outro lado, existem profissionais com certa resistência e/ou aqueles que mencionam que o uso gera atrasos, retrabalhos e até certo desconforto em situações do cotidiano, pois se sentem controlados, sem autonomia pedagógica.



Muitas vezes esta associada a desafios concretos, carregada de intencionalidades, molda práticas e influencia a constituição de identidades e saberes no espaço escolar. A imposição como a exigência de domínio técnico; o tempo restrito para inclusão das informações e possíveis consequências, se as mesmas não forem atendidas em tempo hábil. Um dos relatos descritos pelo pedagogo da escola onde atuamos ilustra esse ponto de vista, ele observa “os alunos muitas vezes, são tratados apenas como números nas plataformas, mas em sua prática pedagógica, ele busca enxergar além, procurando compreender as reais necessidades de cada estudante”. Nesse contexto, a vivência do estágio suscita um diálogo com Jorge Larrosa (2002), que compreende a experiência como algo que nos atravessa e nos transforma profundamente. Sob essa perspectiva, a plataformização se revela como um fenômeno não neutro, interferindo diretamente nas vivências de alunos e professores, exigindo uma reflexão crítica sobre os sentidos da educação mediada por tecnologias, pois as mesmas podem mascarar ainda mais as desigualdades e silenciar vozes diversas no processo educativo. Libâneo e Alves (2013) nos ajudam a compreender que a organização do trabalho pedagógico deve considerar as múltiplas dimensões do fazer docente: o planejamento, execução e avaliação são processos que não podem ser rigidamente pautados apenas por plataformas digitais. Eles enfatizam que currículo e didática precisam dialogar com a realidade concreta dos sujeitos, demandando sensibilidade, escuta e abertura para o novo, oferecendo acolhimento e apoio aos professores que enfrentam dificuldades, reconhecendo suas trajetórias únicas e seus tempos de aprendizagem.

Compreendemos assim, que o trabalho pedagógico assume um papel fundamental e uma posição estratégica e insubstituível, pois é nele que reside a capacidade de conferir sentido crítico às práticas mediadas pelas plataformas. O professor, um dos protagonistas desse processo, não é apenas o operador de ferramentas digitais, mas sim, o mediador responsável por transformar dados em conhecimento, relações em aprendizagens e plataformas em instrumentos de



humanização a todos — com suas diversas condições sociais, culturais e cognitivas — possibilitando acesso equitativo às oportunidades de aprendizagem. É por meio do trabalho docente que se pode enfrentar as desigualdades no acesso e no uso das tecnologias, assegurando que nenhum estudante seja inviabilizado pelas limitações dos sistemas padronizados.

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, abr. 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2025. LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Heccus, 2013.



PLATAFORMIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Cleonice Marin da Costa, Eduarda Ferreira Zamoiski e
Katia Regina Fiatcoski Rodrigues

A crise na educação brasileira é um tema recorrente e complexo, cujas raízes se estendem para além da sala de aula. A mercantilização do ensino, somada à pressão por resultados quantificáveis, tem transformado profundamente o papel da escola pública, muitas vezes reduzindo-a a um simples fornecedor de indicadores de performance.

No contexto atual, observa-se a intensificação de três fenômenos interligados que reforçam essa lógica neoliberal: a plataformação do ensino, a privatização das práticas pedagógicas e a cultura das avaliações externas. Este ensaio busca, então, analisar esses três eixos problemáticos, observados nas primeiras experiências de estágio e aproximações com um colégio estadual, localizado em Curitiba.

A plataformação do ensino refere-se à crescente dependência das escolas por plataformas digitais privadas para a mediação do processo educativo. Uma professora do colégio, responsável pela disciplina de Matemática, exemplifica essa problemática ao usar plataformas digitais como principal recurso didático: ao ser questionada, comentou que é para não cair no “ranking” dos professores, e as utiliza mesmo que não haja relação com o conteúdo lecionado.

Essa prática, embora eficiente em termos de quantificação e monitoramento, acaba por despersonalizar o ensino, substituindo a interação direta entre professor e aluno por algoritmos e processos automatizados. Esse processo também reforça a lógica empresarial de eficiência e performance, em que a qualidade do ensino é muitas vezes medida pela quantidade de acessos, respostas corretas e tempo de uso de plataformas, em vez de uma avaliação holística do aprendizado. Outro ponto crucial é a privatização do ensino, que se manifesta em práticas de parcerias público-privadas e na crescente orientação das escolas para modelos empresariais.

Um exemplo claro disso foi a priorização da visita ao SENAI Campus Indústria, em detrimento da visita à Feira de Profissões da UFPR.

Esse direcionamento reflete uma visão de educação que privilegia o ensino técnico, diretamente vinculado às necessidades do mercado, em detrimento de uma formação crítica e voltada para o desenvolvimento intelectual e acadêmico. A ênfase em uma formação técnica e pragmática sugere a construção de uma sociedade em que o valor do indivíduo está atrelado ao seu desempenho no mercado de trabalho, e não à sua capacidade de pensar criticamente e participar de uma sociedade democrática – a questão é que ambas as dimensões (tanto a inserção profissional como a formação cidadã) deveriam ser igualmente valorizadas, sem que uma se sobreponha à outra.

Além disso, a cultura das avaliações externas, representadas por exames como o SAEB e o ENEM, tem gerado um ciclo de sobrecarga de provas e uma pressão constante sobre professores e alunos. O aumento de provas padronizadas, acompanhadas de simulados e rankings de desempenho, tem transformado a educação em uma corrida pelo melhor desempenho, em que a qualidade do ensino fica subordinada aos índices de aprovação.

O impacto disso no cotidiano da escola é evidente: há uma redução do currículo ao que é "ensinável e mensurável" e a formação de um estudante passa a ser medida por sua capacidade de performar em exames, e não pela sua capacidade de refletir, problematizar ou criar. Esse modelo também gera uma competitividade entre as escolas, que passam a ser avaliadas pela posição que ocupam nos rankings.

Durante o estágio, foi observado como o excesso de provas tem causado estresse tanto em docentes quanto em discentes, sendo uma preocupação constante. O foco nas avaliações externas tem levado ao esvaziamento do sentido da educação, fazendo com que muitos alunos percam a motivação para aprender, já que sua experiência escolar é medida em função do número de provas e não do conhecimento real adquirido.



A plataformização, a privatização e o excesso de avaliações externas são questões que, embora distintas, convergem para uma mesma lógica neoliberal que permeia a educação pública brasileira. Essas práticas reforçam uma educação voltada para resultados e para a adequação ao mercado, em detrimento de uma educação crítica e transformadora. A experiência observada nos primeiros contatos com as disciplinas de Estágio e OTP, assim como nas atividades práticas, demonstra a urgência de refletirmos sobre o futuro da escola pública.

É fundamental que resistamos aos modelos de educação que precarizam o ensino e que possamos construir uma escola pública que valorize a formação integral do aluno, que respeite as diversidades e que lute por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.





RELATO DE ESTÁGIO

Danielle Incenso Figueiredo, Gabriele Vidolin e
Taís Duarte de Souza Rosa



Este relato tem como objetivo principal estabelecer uma conexão entre a teoria e a prática, tomando como base as discussões acadêmicas, desenvolvidas na disciplina de OTP e a experiência vivenciada durante o estágio. O foco será na análise do trabalho pedagógico e de seus desafios no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A excessiva burocratização do trabalho pedagógico foi uma característica marcante observada desde o início do período de estágio. Ao chegar à instituição, notou-se que as pedagogas dedicavam a maior parte de seu tempo de expediente à alimentação das plataformas digitais. Em consequência dessa prática, observou-se um afastamento entre o estudante e a pedagoga, uma vez que o discente parecia ter sido reduzido a um mero dado a ser inserido no sistema. As ações e decisões tomadas pareciam não considerar os educandos, como protagonistas. Tudo soava automático, como se a função educativa estivesse reduzida a um simples cumprimento de tarefas, sem qualquer reflexão crítica acerca dos sujeitos que compõem o espaço escolar. O fenômeno da plataformização da educação tem colaborado para um notável enfraquecimento da dimensão humana do fazer pedagógico. Consequentemente, a escola tem falhado em reconhecer o estudante como um sujeito atravessado por um contexto social/histórico, que, conforme Dayrell (1996), possui um papel fundamental na trama social que constitui a instituição. Paradoxalmente, o discente é tratado como um dado a ser gerenciado, o que contradiz a proposta de reconhecimento de protagonismo. Outra faceta da plataformização consiste na sua utilização pelos estudantes; muitos relataram dificuldades tanto de acesso quanto de uso das plataformas. A plataformização educacional parece partir da premissa de que todos os estudantes possuem as mesmas condições necessárias para usufruir desse processo.



Contudo, na prática, observa-se que essa prática não dialoga com a realidade da comunidade estudantil, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa desconexão é evidente, por exemplo, ao considerar os estudantes idosos da EJA, muitos dos quais não possuem as habilidades tecnológicas básicas para interagir com as plataformas. A suposição do acesso e do domínio universal às plataformas, assim, cria um caminho sinuoso para a participação efetiva desses sujeitos no processo de aprendizagem.

As discussões acadêmicas proporcionaram o repertório teórico necessário para a construção de possibilidades e alternativas frente às realidades evidenciadas neste período inicial de estágio. Sob a luz das contribuições de Dayrell (1996), compreende-se que a instituição escolar se constitui, num movimento contínuo, por meio de contradições: um paradoxo entre a reprodução de velhos mecanismos e a potencialidade da construção do novo. Portanto, apesar da realidade muitas vezes apontar para uma mecanização do trabalho pedagógico, enxerga-se uma potente alternativa no cotidiano escolar. Nesse espaço, o vínculo e a escuta, por exemplo, emergem como fundamentos que alicerçam a prática educativa, proporcionando caminhos para a construção de um trabalho significativo e engajado com a função social dessa instituição; para além do acesso ao conhecimento, o desenvolvimento integral do sujeito.

REFERÊNCIAS:

DAYRELL, J. T. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ESTEBAN, M. T. Ação Escolar e identidade social: conflitos e possibilidades. In: O que sabe quem erra?. 3. ed. RJ: DP&A, 2002. p. 200.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Organização do documento Jeanete B., Sandra Denise P., Aricélia Ribeiro do N. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.

POOLI, João Paulo; FERREIRA, Valéria Milena Rohrich; DIAS, Lucimar Rosa. Os sentidos de ser pedagogo. Educar em Revista, v. 33, n. especial 1, 2017.

VEIGA, C. G. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. História da Educação, v. 21, n. 53, p. 158-181, 2017.



A CARÊNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO DEVIDO AO DESVIO DE FUNÇÕES DO/A PEDAGOGO/A

Julia Aparecida Rossi da Silva, Maria Gabriela de Lima Moro e Sara Piccini Hodecker

A partir das vivências realizadas no 1º semestre no Estágio Supervisionado na Organização Escolar e nas discussões realizadas na disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), uma questão tem se mostrado preocupante e recorrente nos compartilhamentos de diferentes estagiários/as: o desvio da função do/a pedagogo/a nas instituições escolares públicas. Observando o cotidiano escolar (com 6 idas à escola e reflexões acadêmicas entre abril e junho), ficou evidente que o/a pedagogo/a, em vez de atuar na mediação dos processos pedagógicos, tem ocupado grande parte do seu tempo com demandas disciplinares, atendimentos a pais e contenções de conflitos. Essa realidade, bem comentada em todas as escolas, demonstra que esse desvio não é isolado, mas um reflexo de uma estrutura escolar que compromete a atuação pedagógica.

No colégio estadual de Curitiba onde estamos realizando o estágio ao longo deste ano, observamos que a atuação da pedagoga está diariamente voltada à resolução de questões disciplinares e pessoais dos alunos. Os alunos a enxergam como uma figura de referência, o que faz com que recorram a ela com frequência para resolução de problemas, enquanto professores e inspetores a acionam ao longo de toda a manhã para lidar com conflitos e comportamentos.

A escola atende aproximadamente 2.200 alunos e, no período da manhã, conta com seis pedagogas distribuídas entre três blocos. Acompanhamos a rotina de duas dessas profissionais e, em ambas as observações, o cenário é semelhante: a maior parte do tempo é consumida com demandas emergenciais e conflitos, restando pouco ou nenhum espaço para a atuação pedagógica planejada.

Como exemplo, em nenhum momento durante o estágio presenciamos ações de assessoramento pedagógico aos professores ou mediações de questões diretamente relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

A atuação do/a pedagogo/a, neste contexto, acaba sendo reduzida a uma função quase exclusiva de gestão de crises.

Essa inversão de papéis — aqui na verdade um desvio claro de função, haja vista a ausência de alguém que cumpra a função pedagógica — compromete diretamente a continuidade e a consolidação de um trabalho pedagógico estruturado e eficaz, impactando negativamente toda a comunidade escolar. Tal constatação é reforçada por Silva, ao destacar que, embora a função do/a coordenador/a pedagógico/a esteja prevista no regimento escolar, ela ainda é frequentemente confundida com a de um/a orientador/a disciplinar (SILVA, 2009, p.85).

Essa sobrecarga revela não apenas a distorção do papel do/a pedagogo/a, que deveria ser o/a articulador/a do trabalho pedagógico, mas também dificulta a construção de sua identidade profissional.

Ainda, a função do/a pedagogo/a, conforme definida na legislação e documentos pedagógicos, pressupõe a ação direta junto aos docentes, orientações, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e a articulação com o projeto político-pedagógico da instituição. No entanto, a descaracterização do papel do/a pedagogo/a na rede estadual de ensino do Paraná tem se acentuado com o acúmulo de funções que fogem de sua competência formativa, o que compromete profundamente a organização do trabalho pedagógico. Em vez de atuar como articulador/a dos processos de ensino-aprendizagem, o/a pedagogo/a tem sido deslocado/a para responder a demandas emergenciais, como conflitos disciplinares e questões administrativas. Conforme o artigo de Meire de Fátima Vila, “o/a profissional ‘pedagogo/a’ encontra-se fragilizado/a em seu papel na maioria das escolas públicas. Suas tarefas se concretizam indefinidamente deixando-se levar ao acaso, de acordo com as necessidades diárias” (VILA, 2009, p.1). Tal constatação reflete diretamente a realidade observada durante o estágio, na qual a ação pedagógica estruturada foi substituída por ações improvisadas, reativas e desvinculadas de um planejamento consistente.



Diante desse cenário de desvio de função, torna-se necessário repensar a organização do trabalho pedagógico na rede estadual de educação. O/a pedagogo/a precisa ser reposicionado/a em sua função original: a de planejar, acompanhar, avaliar e intervir pedagogicamente, em diálogo constante com professores e demais profissionais da escola. Durante as aulas de OTP III, tivemos a oportunidade de participar de uma palestra com pedagogas do Colégio Estadual do Paraná, onde foi possível conhecer uma divisão mais coerente com a função pedagógica. No CEP, as atribuições estão divididas entre as profissionais: uma pedagoga atua exclusivamente com o acompanhamento pedagógico, enquanto outra responde pelas questões disciplinares e pela orientação educacional. Esse modelo pode se mostrar eficaz diante da alta demanda e deveria ser ampliado para outras instituições da rede pública, garantindo condições reais para a atuação formadora do/a pedagogo/a.

Como destaca Meire de Fátima ao analisar a sobrecarga dos/as pedagogos/as nas escolas públicas, “suas tarefas são confundidas, tornando-se apenas um instrumento de resolução imediata de conflitos, substituto em carências e faltas funcionais e cumpridor de atividades corriqueiras do dia-a-dia escolar” (VILA, 2009, p.11). Essa condição não pode mais ser naturalizada. Reverter esse quadro exige um movimento intencional e coletivo, que envolva a gestão escolar, os órgãos educacionais e os/as próprios/as pedagogos/as em formação e atuação. É preciso resgatar o compromisso pedagógico da escola e fortalecer o lugar do/a pedagogo/a como sujeito essencial na mediação dos processos de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

SILVA, Marli Regina Fernandes da. Construção de identidade profissional do pedagogo. Revista F@pciência, Apucarana, PR, v. 3, n. 8, p. 79–88, 2009. ISSN 1984-2333.

VILA, Meire de Fátima; SANTOS, Silvia Alves dos. O papel do pedagogo e a organização do trabalho na escola. [S.l.]: [s.n.], 2007.





A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS

Ana Christina de Carvalho e Elisa Maynardes Assis



Ao observarmos a relação da equipe pedagógica do estágio obrigatório, presenciamos situações construtivas para a discussão sobre a complexidade entre a gestão. Foi possível perceber essa relação ao presenciamos um caso, onde uma estudante relatou estar passando mal para o/a único/a pedagogo/a presente no momento, porém, em vez de amparar e auxiliar a jovem, a pessoa isentou-se da responsabilidade, insinuando que não era sua função e que também não era responsável pela turma em que ela aluna frequentava. Esse momento demonstrou como a relação entre a equipe fica fragilizada quando a organização sobressai a real função pedagógica de mediar, acolher e escutar as necessidades dos estudantes quando necessitam de qualquer tipo de ajuda. Momentos como esse precisam de profissionais capacitados e disponíveis para auxiliar, independente de quem é responsável pela turma.

Foi a partir dessa inquietação que esse trabalho foi pensado e elaborado, a fim de entender qual é a importância do diálogo e o que ele influencia no cotidiano da escola. Dentro desse contexto, a organização do trabalho pedagógico deve ir além de um conjunto de tarefas a serem executadas, mas sim, um corpo docente que está alinhado aos mesmos princípios, pois é a partir dele que a escola consegue se estruturar de maneira fluida e sólida.

Portanto, pode-se afirmar que é por meio do diálogo que a cultura escolar e a responsabilidade se constroem. É dele que as conexões profissionais se fortalecem e permitem que haja compromisso constante com as necessidades da instituição, promovendo também uma facilidade entre a relação estudante e escola.

Quando há essa abertura, a escola se torna um espaço mais democrático e aberto às diversidades entre a comunidade escolar, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.



Assim, o compromisso com o diálogo mútuo e com os vínculos construídos na escola devem ser prioridade, visando garantir um espaço acolhedor e significativo, que reflete as diferentes concepções presentes nele. A organização pedagógica da instituição, nesse sentido, não deveria fragmentar o trabalho presente, pois ao fazer isso acaba desestabilizando as relações e os compromissos que ela tem com os alunos, funcionários e docentes.

A rigidez nas funções, podem acabar gerando omissões, conflitos e negligências diante de situações que demandam sensibilidade e prontidão. Quando cada profissional foca somente na sua função, excluindo o compromisso ético, ocorre o risco de esquecer a principal função, a promoção do bem-estar emocional e físico de todos da escola, especialmente em momentos de vulnerabilidade.

Por fim, um ambiente escolar necessita que a organização pedagógica priorize práticas comprometidas com a ética, que promovam uma relação saudável, acolhedora e justa, somente assim é possível que o espaço se torne democrático e formativo, onde o cuidado e o compromisso se tornam os eixos centrais do fazer pedagógico.



A FALSA IDEIA DE EFICIÊNCIA DAS PLATAFORMAS? EDUCAÇÃO, CONTROLE E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA

Leonardo do Amaral, Caroline de Souza Ferreira
e Isabelle Vitoria Postal Culpí

A incorporação de tecnologias digitais na educação tem sido amplamente defendida como uma estratégia de modernização do ensino, especialmente no contexto da escola pública. Essa tendência, conhecida como plataformização da educação, sustenta-se na promessa de maior organização, agilidade nos processos e melhoria nos índices de aprendizagem. Contudo, a partir da realização de estágio supervisionado obrigatório em uma escola pública estadual em Curitiba, foi possível observar que tais plataformas não têm produzido os efeitos positivos anunciados. Este artigo propõe uma análise crítica desse fenômeno, à luz das contribuições da teoria crítica e pós-crítica da educação, interrogando os impactos reais dessa suposta inovação.

A plataformização da educação pode ser compreendida como parte do avanço das lógicas neoliberais no campo educacional. Trata-se da adoção de sistemas digitais que mediam desde a organização administrativa até a mediação pedagógica propriamente dita. De acordo com Dardot e Laval (2016), vivemos sob uma “nova razão do mundo”, em que a lógica empresarial e performativa se infiltra nas mais diversas esferas sociais, incluindo a educação. Nesse sentido, as plataformas atuam como ferramentas de gerenciamento que reforçam a lógica do desempenho e da mensuração, convertendo a aprendizagem em dados e gráficos.

Contudo, o que se observa na prática é que as plataformas pouco contribuem para a melhoria da qualidade da educação. Durante as observações realizadas no estágio, constatou-se que os estudantes são expostos a atividades digitais que, muitas vezes, não dialogam com suas realidades e tampouco promovem aprendizagens significativas. Ao contrário, observou-se uma espécie de fetichização da tecnologia, ou seja, uma crença de que a simples presença de recursos digitais implicaria em inovação pedagógica.

Como alerta Adorno (1995), quando a técnica se torna fim em si mesma, ela perde seu potencial emancipador.

Além disso, a plataformização tem implicado em novas formas de intensificação do trabalho docente. Os professores passam a dedicar parte significativa de seu tempo a atividades administrativas digitais, como preenchimento de relatórios, checagem de acessos e conferência de tarefas. Apple (2003) já apontava que o trabalho do professor vem sendo reorganizado sob moldes empresariais, o que se traduz em maior controle e menor autonomia. As plataformas, sob essa ótica, não desburocratizam: digitalizam e multiplicam as tarefas burocráticas.

Ainda, o uso das plataformas institui dispositivos de vigilância e controle sobre os docentes e discentes. Conforme Foucault (2008), o poder moderno opera por meio de dispositivos de normalização, controle e visibilidade. Nesse cenário, o professor é constantemente monitorado por indicadores de desempenho, frequência e cumprimento de metas, sendo avaliado não por sua prática pedagógica efetiva, mas por sua aderência às exigências da plataforma. A educação deixa de ser uma prática social crítica e passa a ser tratada como processo técnico de entrega de resultados.

Por outro lado, a própria estrutura escolar demonstra-se insuficiente para suportar tais demandas tecnológicas. A precariedade de equipamentos, a instabilidade da internet e a ausência de formação continuada impedem que os recursos digitais sejam utilizados de forma crítica e produtiva. Assim, a escola pública torna-se refém de uma promessa de modernização que não se realiza, ampliando desigualdades e aprofundando frustrações. A distância entre o discurso institucional e a realidade cotidiana torna-se cada vez mais evidente.

Diante das observações realizadas durante o estágio supervisionado e da análise crítica empreendida, conclui-se que a plataformização da educação, tal como tem sido implementada na escola pública, não representa uma inovação pedagógica efetiva.



Ao contrário, atua como mecanismo de intensificação do trabalho docente, desumanização das relações escolares e aprofundamento da lógica de controle. As plataformas, embora apresentadas como ferramentas de modernização, inserem-se em um projeto mais amplo de gestão empresarial da educação, que esvazia o sentido formativo e político da escola pública.

Retomar a centralidade das relações humanas, do diálogo pedagógico e da construção coletiva do conhecimento é tarefa urgente. É necessário resistir ao discurso da eficiência e disputar os sentidos da tecnologia na educação. Como propõe Adorno (1995), a educação deve se constituir como prática de emancipação, e não de adaptação aos dispositivos de controle. Nesse contexto, a crítica torna-se não apenas necessária, mas ética. É somente a partir dela que será possível imaginar uma escola pública verdadeiramente democrática, inclusiva e significativa.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



EDUCAÇÃO INTEGRAL OU EDUCAÇÃO INSTRUMENTAL? UMA CRÍTICA À FORMAÇÃO ORIENTADA PELO MERCADO

Ana Livia Inácio e Silva, Eduarda Fernanda Dalgallo dos Santos
e Lunna Mariana Sganzerla de Carvalho

Em uma escola pública estadual, localizada na região urbana de uma capital brasileira, voltada ao Ensino Fundamental anos finais, uma nova organização pedagógica vem sendo implantada nos últimos três anos, o modelo de educação em tempo integral. O discurso institucional ressalta o desenvolvimento integral do estudante, mais tempo na escola, mais oportunidades de aprendizagem e de convivência. A estrutura da escola foi modificada para ser, de fato, compatível com essa proposta: diversas salas de aula, espaços de convivência, biblioteca, acesso a tecnologias e modalidades esportivas.

A escola atende aproximadamente 300 estudantes, divididos entre 6º e 9º anos, com turmas que se mantêm em média com 25 alunos. O corpo docente conta com o apoio de duas pedagogas que acompanham de perto o processo de aprendizagem. Os alunos permanecem na instituição em jornada estendida, participando de aulas regulares e de disciplinas chamadas “eletivas”, como Empreendedorismo, Educação financeira, Projeto de Vida entre outras.

Contudo, ao observar mais de perto a matriz curricular dessa escola de educação integral, percebemos tensões que merecem ser problematizadas. Disciplinas como Artes e Educação Física, tradicionalmente reconhecidas como fundamentais para o desenvolvimento do senso crítico, da sensibilidade estética, da expressão corporal, da criatividade, do lazer e da saúde, foram significativamente reduzidas em carga horária, tendo agora apenas duas aulas semanais de cada. Em contrapartida, novas disciplinas com foco em competências ligadas ao mundo do trabalho e ao empreendedorismo passaram a ocupar grande parte do tempo escolar.

A justificativa pedagógica para esse desenho curricular muitas vezes se ancora em discursos de preparação para o “futuro” e para o “mercado”, como se a escola devesse antecipar nos estudantes uma lógica produtiva, orientando-os a serem agentes de sua própria empregabilidade desde a infância, pensando apenas no mercado de trabalho, em vez de uma educação que abrange saberes culturais. Mas o que está em jogo quando a educação integral, proposta como humanizadora, relega ao segundo plano justamente as áreas que permitem o incentivo à criatividade, à criação artística e o discernimento social?

Martha Nussbaum, em sua obra "Sem Fins Lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades", oferece uma importante crítica para essa discussão. A autora argumenta que a educação moderna, dominada por uma racionalidade econômica, tem progressivamente desvalorizado as humanidades e o incentivo à educação criativa em favor de uma formação técnica e pragmática. Essa lógica, segundo Nussbaum, destrói os fundamentos da democracia ao formar indivíduos pouco críticos e empáticos.

Para a autora, então, disciplinas como filosofia, artes e literatura não são supérfluas, essas são essenciais para a formação de cidadãos que saibam empaticamente colocar-se no lugar do outro, refletir sobre questões éticas complexas e imaginar alternativas para os problemas do mundo. Ela alerta que uma educação voltada exclusivamente à eficiência, à produtividade e ao sucesso financeiro gera uma sociedade empobrecida cultural e afetivamente, o que ela chama de “crise silenciosa da educação”.

Retomando o caso da escola integral analisada, percebemos que a proposta, embora possa parecer inovadora, sofre de uma incoerência estrutural, pois ao reduzir a presença de artes e educação física, compromete o equilíbrio da formação integral (completa) que ela mesma se propõe a oferecer. O tempo expandido é, assim, preenchido por conteúdos que repetem uma visão instrumental da educação, mais próxima da domesticação social e profissional do que da formação cidadã, completa e formadora.



Essa crítica à formação voltada predominantemente para a adaptação social encontra ressonância no pensamento de Theodor Adorno, especialmente em seu texto “Educação e Emancipação”. Para o filósofo da Escola de Frankfurt, uma educação verdadeiramente transformadora não pode se limitar à preparação dos indivíduos para se ajustarem às exigências do mundo tal como ele é. Pelo contrário, ela deve fomentar a autonomia, a resistência e a capacidade crítica.

Isso significa que uma proposta educativa não pode ser pautada apenas na adaptação às estruturas sociais existentes, especialmente as de mercado, sob pena de comprometer a possibilidade de formação de sujeitos conscientes e emancipados, capazes de pensar e agir para além das determinações imediatas da sociedade. Apesar disso, na prática, observamos a formação voltada para o mercado e a lógica de produção, como alertado pelo filósofo, “A formação que por fim conduziria à autonomia dos homens precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade” (ADORNO, 1995, p. 19).

Não se trata de desconsiderar a importância de preparar os jovens para o mundo do trabalho. Contudo, essa preparação não pode se dar às custas do esvaziamento das experiências humanas, aquelas que a arte, o esporte e a cultura proporcionam. Em uma sociedade democrática, a escola deve ser espaço de pluralidade de saberes, de valorização da diversidade de talentos e de desenvolvimento de todas as dimensões do ser estudante como agente ativo de sua educação.

É preciso repensar as diretrizes curriculares da educação integral. A ampliação da jornada deve significar a ampliação das oportunidades de expressão, de experimentação estética, de reflexão ética e de lazer. Que a escola seja, de fato, um território de formação integral por uma educação completa, e não apenas integral na questão de tempo.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

NUSSBAUM, Martha C. Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.





INSISTIR NA EDUCAÇÃO INSURGENTE = RESISTIR À BARBÁRIE VIGENTE

Khalyl Dantas Lino



Às vezes gosto de pensar sobre a educação como um movimento contínuo e obstinado, atravessado por diferentes questões históricas, políticas e culturais, por mudanças estruturais ou de conjuntura; uma área bastante complexa, única, que se refaz como poucas, se reinventa, e que avança de crise em crise. Todas as grandes mudanças, sejam elas sociais ou econômicas e até mesmo aquelas de menor impacto, repercutem na esfera educacional. Até bem pouco tempo não tive contato algum com a realidade das instituições educacionais da rede pública, mas acredito que tudo teve um início de maneira decisiva durante as ocupações das escolas estaduais no estado do Paraná, no ano de 2016, protagonizadas por estudantes secundaristas. Aquele movimento se constituía e afirmava em defesa daquelas instituições e, mais amplamente, pelo direito a uma educação pública, gratuita, e de qualidade. Era sobretudo uma questão de cidadania, de notória defesa de direitos adquiridos com muito custo e que estavam sob ameaça de um modelo predatório de gestão de governo baseado na sanha privatista neoliberal em plena vigência. Naquele front, de maneira inspiradora, estava a vanguarda do movimento estudantil em grande parte formada por jovens de 13 a 18 anos de idade. As formas várias como aquelas ocupações de estudantes se mobilizavam, o idealismo, a capacidade de autogestão, o enfrentamento corajoso de adversidades e ameaças, além da compreensão das contradições da realidade em que viviam, eram instigantes. Aquelas ‘Ocupas’ representam para mim autênticas lições de coragem e de generosidade. Desde então, nós estudantes e demais profissionais da educação, sobrevivemos a praticamente uma década de atrocidades, retaliações e desmontes, mas resistimos; como bem se usava dizer em voz alta no contexto das ocupações: “Firmes!”.



Considerando o atual cenário de terra desolada estabelecido pela plataformização das relações de ensino-aprendizagem, pela imposição de modelos de gestão empresarial à educação pública – além da sua mal disfarçada privatização – e todo o contexto das mudanças curriculares com a implementação do Novo Ensino Médio, penso no quão desafiador é o momento para aquelas e aqueles que acreditamos que educar representa grande parte da solução para os enormes problemas que nos assolam aqui na periferia do mundo. Sobretudo, acredito no trabalho e na consciência daquelas pessoas que não se deixam enganar pela proposta de uma redenção individual assentada na meritocracia, que recusam com veemência e se rebelam diante de um ideal ingênuo de passividade inofensiva sob cuja máscara se esconde o próprio rosto da barbárie sempre pronto para contemplar o horror, se omitir e recuar nos momentos decisivos, como afirma Adorno na clássica obra: Educação e Emancipação.

Então, como somar esforços, recriar formas antigas para receber e lidar com as novidades de maneira racional, preparar de forma responsável gerações seguidas para o enfrentamento dos mais diversos desafios, ano após ano, década após década, sem nos esquecermos, entretanto, de fomentar continuamente um debate sério sobre a educação na sociedade contemporânea?

Desde a minha perspectiva como estagiário que acompanha atividades e diferentes aspectos da gestão no espaço escolar e de organização do trabalho pedagógico, acredito que na lida diária no chão da escola são muitas as pessoas (sejam estudantes ou demais profissionais da educação) que permanecem firmes em seu propósito de colaborar em favor de uma proposta de humanidade e de civilização que faça frente às recorrentes ameaças de obscurantismo e apagamento cultural.

Muitas são aquelas pessoas comprometidas, creio, com práticas e aportes teóricos que fazem recuar a barbárie que ameaça o nosso tempo e os nossos direitos.



Penso que resistir é nalguma medida manter uma conduta de não acomodação diante da realidade por mais adversa que seja e, não obstante as dificuldades, adotar incessantemente uma postura crítica diante daquilo que nos toca no enfrentamento de qualquer crise. Enfim, é imperativo levar adiante e a qualquer âmbito um projeto humanizador que seja capaz de nos emancipar sem nos transformar em autômatos ou meros instrumentos que sobrevivem unicamente para produzir e consumir.

Referências:

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.





PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CRÍTICAS

Lauriani Fernanda Araújo e Melissa de Lima Mesquita



Diante da crescente inserção das plataformas digitais no contexto educacional, especialmente após a pandemia, um período em que elas ganharam grande repercussão, pode-se afirmar que a educação nunca mais voltou ao que era antes. As plataformas digitais adentraram as escolas de tal forma que aquilo que inicialmente parecia uma ferramenta de apoio ao trabalho docente e à melhoria do ensino para os alunos, tem se tornado algo massivo e, muitas vezes, associado a um conhecimento superficial.

Como estudante de Pedagogia acompanhando de perto o trabalho pedagógico, é visível o quanto alimentar essas plataformas se tornou mais uma tarefa acumulada para os profissionais, dificultando ainda mais seu cotidiano. Além disso, a autonomia dos professores para planejar suas aulas tem sido cada vez mais limitada, o que resulta em propostas pedagógicas desconectadas da realidade dos estudantes. Apenas o professor, que caminha lado a lado com seus alunos, é capaz de planejar vivências que dialoguem com a cultura local, com as particularidades de cada contexto e com os sonhos que habitam cada olhar. É ele quem percebe os interesses que florescem e a criatividade de cada criança, cada realidade é única, e a educação, para ser verdadeira, não pode se moldar a padrões, mas sim acolher a diversidade que existe em cada sala de aula.

Precisamos prezar por uma educação humana, crítica e inclusiva, que forme cidadãos conscientes da diversidade e com pensamento próprio, capazes de questionar e não aceitar passivamente tudo o que lhes é imposto. Ao falarmos sobre a plataformação do ensino, é fundamental considerar, antes de tudo, o acesso à educação. Se o aluno não possui computador, celular ou sequer acesso à internet, até que ponto essas plataformas são realmente uma solução inovadora? A desigualdade é, claramente, um dos principais desafios nesse processo, e quem mais precisa de apoio enfrenta dificuldades.



Dessa forma, a questão central é: até que ponto a plataformização da educação está, de fato, garantindo o direito ao acesso e à qualidade do ensino? Estariam essas grandes empresas e multinacionais preocupadas com a formação integral dos estudantes, ou apenas com os lucros?

Fizemos um poeminha para ilustrar nossas vivências...

Graci pra cá, Graci pra lá

*A Graci tem que estar
em todo lugar.*

*Atende um aluno,
responde o celular,
ouve um pai aflito
sem se desesperar.*

*Na escola ela voa,
não para de pensar
tem sempre um olhar
pronto pra escutar.*

*Mas entre um corre e outro,
uma pausa quer encontrar...*

*Será que alguém percebe
que ela também pode cansar?*

*Entre reuniões e planos,
mal dá tempo de sentar,
e as plataformas chamam:
"Tem dado pra alimentar!"*

*São telas e cliques,
relatórios mil —
mas cadê o olhar
que antes era mais sutil?*

Referências

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023.



